



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIA CRISTINA GABRIEL DE OLIVEIRA

**O TRABALHO EM REDE NO TERRITÓRIO:
A REGIÃO OESTE DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR**

Londrina
2009

MARIA CRISTINA GABRIEL DE OLIVEIRA

**O TRABALHO EM REDE NO TERRITÓRIO:
A REGIÃO OESTE DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cássia Maria Carloto

Londrina
2009

MARIA CRISTINA GABRIEL DE OLIVEIRA

**O TRABALHO EM REDE NO TERRITÓRIO: A REGIÃO OESTE DO
MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e política Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Dirce Harue Ueno Koga

Professora Dra. Jolinda Alves de Moraes

Professora Dra. Cássia Maria Carloto

Londrina, 25 de Maio de 2009.

AGRADECIMENTOS

À força divina presente em todos os seres e que incessantemente nos move na busca do conhecimento e da verdade universal, sem a qual minhas forças seriam mínimas na construção deste trabalho.

Aos meus pais e irmãos pelo apoio incondicional e por acreditarem que eu chegaria lá mesmo nos momentos mais diversos desta caminhada.

Ao Ângelo e à Maria Eduarda que souberam compreender que muitas vezes "a mamãe precisava estudar" e não poderia brincar ou passear com eles, e que mesmo assim, se orgulhavam de mim ao falarem aos seus professores e coleginhas "a minha mãe faz mestrado lá em Londrina, isto é legal". Meus filhotes, eu amo vocês.

Ao Lino, meu companheiro das horas felizes e das menos felizes, que se desdobrou para assumir parte de minhas responsabilidades para com nossa família, principalmente nos momentos em que eu precisava me isolar para estudar e refletir, e que sempre me deu seu colo para chorar e me fortalecer na caminhada.

À minha orientadora que com sabedoria soube me apoiar em todos os momentos desta construção, ora com mais brandura, ora com maior firmeza, com certeza este trabalho reflete o seu apoio e o espaço que você proporcionou para o meu crescimento.

Aos amigos que acompanharam esta caminhada quando a mesma era ainda um sonho, e que continuaram próximos ao longo deste percurso, cujo apoio, não tenho dúvidas, continuarei recebendo ao longo novos caminhos que despontarem no horizonte, obrigada por beberem da mesma fonte e me ajudarem a interpretar os elementos e os cenários com maior lucidez.

OLIVEIRA, Maria Cristina Gabriel. **O trabalho em rede no território:** a região oeste do município de Maringá-PR. 2009. 97f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Esta pesquisa se organiza com o objetivo de analisar o trabalho em rede desenvolvido na região oeste do município de Maringá-PR tendo como parâmetros: a compreensão, as dificuldades, os desafios e as ações cotidianas elaboradas no processo de operacionalização. Será desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas junto a entidades selecionadas. Os objetivos específicos propostos na pesquisa possibilitarão a identificação de marcos do trabalho em rede no território de acordo com a Política Nacional de Assistência Social-PNAS e o Sistema Único de Assistência Social-SUAS; conhecer e analisar a concepção de trabalho em rede no território que as instituições adotam; identificar ações desenvolvidas na região e suas articulações entre instituições; identificar o papel do CRAS na construção do trabalho em rede; detectar as dificuldades e propostas presentes a partir da percepção das instituições. Dentre os principais resultados, busca-se identificar a compreensão que os entrevistados têm sobre o trabalho em rede com base territorial, bem como sua percepção sobre os entraves e limites que dificultam a estruturação das ações a partir desta perspectiva na assistência social. Ao longo da pesquisa foi possível detectar que dentre os limites e desafios para a efetivação da proposta estão as diferentes interpretações e consequentemente aplicações daquilo que se define como trabalho articulado em rede no território. Os entrevistados apresentam posicionamentos conflitantes no tocante ao trabalho em rede, sendo que este dificulta um avanço mais sistemático neste sentido, vez que cada um fica esperando que outro tenha a iniciativa para que se construa a rede.

Palavras chave: Assistência social. Trabalho em rede. Territorialização.

OLIVEIRA, Maria Cristina Gabriel. **O trabalho em rede no território:** a região oeste do município de Maringá-PR. 2009. 97f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the work regarding the development network in the west region of Maringá municipality using the factors: understanding, difficulties, challenges and the everyday actions employed in the process of operationalization. The research has been developed through bibliography examination, analysis of documents, as well as interviews in selected institutions. The purpose for this research led us to identify the landmark of the work in these networks according to NPSA (National Politics of Social Assistance) and the SUAS (Unique System of Social Assistance); know and examine the conception of work in the territory that the institutions adopt, identify actions developed in the region and its articulations among the organizations; identify the responsibility of the RCSS (Reference Center of Social Assistance) within the development of the network, and detect the difficulties and the present proposals from the perception of the institutions. Using the main results, we tried to identify the view that the interviewees have about the work within the network, inside the territory previously stated, as well as their opinion about the problems, the limits of the structuration and their viewpoint of the organization with social assistance. Throughout the research it was possible to observe that within the limits and challenges of the proposal there are different interpretations, and consequently the application, of what is viewed as articulated work in the institutions. The interviewees showed their conflicting viewpoints, according to the work in these networks, that delay productivity. It was found that one waits for the other to act first in order to make the network productive.

Keywords: Social assistance. Work in network. Territorialization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES	Índice Paranaense de Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
ONG.s	Organizações não Governamentais
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maringá
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
CEMEI	Centros de Educação Infantil
HU	Hospital Universitário
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	13
1.1 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15
1.2 INTERSETORIALIDADE.....	19
1.3 REDE UMA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	24
2 ESPAÇO, TERRITÓRIO E O TRABALHO EM REDE	28
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ: UMA CANÇÃO QUE VIROU CIDADE.....	39
2.2 DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.....	43
2.3 DESENVOLVIMENTO DOS BAIRROS	45
2.4 INSTITUIÇÕES SELECIONADAS PARA PESQUISA DE CAMPO	50
3 O TRABALHO EM REDE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS AÇÕES COTIDIANAS	53
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	94
ANEXO A – Canção – Maringá.....	95
ANEXO B – Roteiro para entrevista	97

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho foi diagnosticar a forma de trabalho em rede desenvolvido na região em tela. De acordo com o objetivo geral foi realizado levantamento bibliográfico sobre a temática trabalho em rede, analisando suas possibilidades, critérios e formas de operacionalização de acordo com o que é apresentado na Política Nacional de Assistência Social (2004). De posse destes dados que a política apresenta fomos a campo entrevistar dirigentes de organizações não governamentais e governamentais neste território, conhecer a concepção de trabalho em rede que permeia o desenvolvimento das ações destas instituições, verificando como estas se relacionam em seu território; quais os elementos que elegem como importantes no que tange ao trabalho cotidiano, suas dificuldades para implementação das ações que são próprias de suas áreas, bem como os desafios que enfrentam para que o trabalho em rede aconteça de forma a garantir ações sem fragmentação e descontinuadas.

Ao avançar neste caminho foi possível encontrar elementos que mostram que mesmo com o avanço da política de assistência social ainda estamos longe de solidificarmos as ações da rede de atendimento na perspectiva que a política apresenta, entre os entrevistados encontramos conflitos na compreensão do que seria esta rede que se fala, na forma de organização das ações e mesmo instituições que embora proclamando que o trabalho em rede seria um passo importante continuam em seus nichos de segurança sem se envolverem com as demais instituições de seu entorno. Acreditando assim que estarão seguras e que não haverá mudanças drásticas em suas prática institucionais.

Privilegiar esta região da cidade de Maringá para a pesquisa tem origem no fato de que, no traçado original do município, esta região não existia. Sua constituição ocorreu a partir da demanda populacional sem poder aquisitivo para adquirir lotes de terras nas áreas mais urbanizadas e inclusas no traçado inicial da cidade, que atendia explicitamente as determinações da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, fundadora da cidade.

Ao construírem suas moradias nesta região as pessoas enfrentaram condições bastante precárias no que tange ao atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência, que abarcavam desde o não reconhecimento desta área como sendo parte integrante na nova da cidade que nascia até a falta quase que total de atendimento de saúde, educacional e de higiene. Não havia propostas para sua infra-estrutura e organização desta região, o processo era de negação da existência desta, vez que não esta no planejamento

inicial da cidade, portanto as pessoas enfrentaram toda sorte de dificuldades e até mesma falta de meios para se locomoverem para as áreas incluídas da cidade em busca de trabalho para seu sustento, deste modo, aqueles que ali residiam eram vistos de maneira discriminatória e como um fardo para a cidade, que se pretendia, fosse um rico centro comercial.

Mesmo diante das adversidades os bairros foram se formando nesta região, acomodando a população que ali buscava abrigo, porém as estruturas mínimas para a sobrevivência vieram muito tempo depois e somente a partir de pressões que a população exercia neste meio tempo o apoio e ajuda vinha de instituições não governamentais, principalmente aquelas com ligações religiosas, que desenvolviam trabalhos filantrópicos junto à população e posteriormente se estabeleceram na região.

Nesses anos de luta da população pelo reconhecimento da região como parte integrante da cidade, e, por conseguinte, apta para receber a infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento, algumas ongs estiveram presentes, oferecendo aquilo que era possível à população. Hoje são 10 bairros estruturados na região, alguns com desenvolvimento maior que outros, e podemos dizer que isto ocorre em função do trabalho da comunidade que luta por seus direitos, mesmo que de forma não articulada, porém sempre na perspectiva de solucionar os problemas apresentados.

Cadastradas nos conselhos municipais de sua área de referencia nesta região, são 44 instituições, serviços e projetos entre governamentais e não governamentais, em termos numéricos a rede governamental é mais enxuta sendo que sua maior força esta nas estruturas de educação com CEMEIS - Centros de Educação Infantil e Escolas, bem como a rede de saúde, com postos de atendimento a população e parceria com o HU - Hospital Universitário que atende Maringá e região. Na área da assistência social o investimento ainda é pequeno, sendo a referencia maior a rede não governamental que atende crianças, idosos, adolescentes e famílias em diferentes programas e projetos.

A política nacional de assistência social de 2004 apresenta a temática do trabalho em rede como um importante elemento para efetivação das ações da assistência social com eficiência e eficácia, apontando balizadores imprescindíveis para seu avanço e operacionalização organizando e estabelecendo deste modo uma rede de serviços cuja provisão ficará sob a responsabilidade desta política que terá importante papel na organização de uma atuação intersetorial.

Estruturar as ações em rede é um desafio para a política de assistência social, pois que é necessária aproximação com as demais políticas públicas para garantir um atendimento de qualidade; no que se refere às instituições trabalhar em rede é um caminho

que precisa ser trilhado pela maior parte destas, pois há ainda muitos conflitos na compreensão do que seria este trabalho e como o mesmo poderia ser desenvolvido.

As discussões que são travadas a partir desta temática deixam claro que é importante a organização das ações a partir da rede de atendimento, pois assim o indivíduo teria as suas necessidades supridas a partir de ações elaboradas e organizadas em conjunto entre as políticas, o avanço neste debate foi bastante significativo, porém a implementação caminha a passos mais lentos, pois é preciso que as organizações sociais e os gestores se conscientizem desta importância para que se avance. Tal compreensão passa por uma mudança de mentalidade, pois até então cada política, ou cada instituição trabalhava isoladamente em sua área, por vezes desconhecendo instituições próximas que desenvolviam o mesmo trabalho. O que esta nova estrutura propõe é um diálogo entre os atores sociais para que se avance na construção de uma política integradora que possa fazer frente às demandas sociais apresentadas.

Partindo dos textos, dos documentos sobre a importância da estruturação da rede para o avanço e superação da pobreza e da miséria, as observações empíricas que fizemos foram ganhando corpo, pois observamos que mesmo com indicadores sobre o caminho que a política social deveria seguir, é constantemente vemos ações estruturadas que estão longe deste caminho. Diante deste quadro, foi inevitável surgir questionamentos do porque desta situação, e suposições desde a perspectiva da não vontade de mudar o quadro presente até o ponto em que não havia mudanças por falta de compreensão daquilo que deveria ser feito, perpassando por todos os conflitos que estes pontos geram, foram se acumulando.

Buscando elementos para responder a este questionamento fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre a temática do trabalho em rede, e também fomos a campo pesquisar junto às instituições, qual a sua compreensão do trabalho em rede, partindo desta compreensão quais as dificuldades e desafios que enfrentam para que este seja efetivado e possa responder de um modo menos fragmentado a política de assistência social. Deparamos-nos aqui com diferentes formas de ver e interpretar a rede apresentados pelas instituições, enquanto algumas acreditam que a rede deve ser composta por empresários e organizações que possam trazer benefícios financeiros para a instituição, outras acreditam que esta deve ser uma rede de solidariedade com um apoiando o outro no desenvolvimento das ações cotidianas o que facilitaria o trabalho, outros ainda indicam que cada um pode atuar por si mesmo, pois isto já vem sendo feito por um longo tempo. São interpretações como estas que permeiam as ações desenvolvidas neste território do município de Maringá, e que aumentam os desafios

para estruturar uma gestão calcada no diálogo e na estruturação de ações integradas na perspectiva do avanço da política.

Utilizamos como instrumento para coleta de dados entrevistas semi-estruturadas, pois esta possibilita um ponto inicial de discussão proporcionando condições para o entrevistado aprofundar-se naqueles pontos que julgar de maior relevância. As entrevistas foram gravadas e posteriormente degravadas para possibilitar as análises sem que se percam informações.

No universo de 44 instituições trabalhamos por amostragem, para tal selecionamos 10 instituições da área de abrangência do CRAS da região. Elas foram escolhidas de modo aleatório, no entanto destacamos que um grupo destas instituições/organizações têm um tempo de fundação entre 3 e 10 anos e o outro grupo acima de 10 anos, deste modo a pesquisa será desenvolvida com um grupo que se organizou num período anterior a legislação da área da assistência social e outro grupo que se estruturou sob a égide da nova legislação.

Para chegarmos a este número de instituições entrevistadas, inicialmente fizemos um levantamento junto às listas de instituições inscritas nos conselhos: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e Conselho Municipal do Idoso.

Entrevistamos coordenadores/diretores/presidentes de instituições não governamentais e governamentais presentes neste território, interpelando-os sobre seu posicionamento diante da PNAS/2004, a proposta do trabalho em rede, a sua operacionalização a partir do território, e como sua instituição caminha neste sentido. São eles que exercem a função de olhar internamente suas instituições e ao mesmo tempo conectá-las com o meio social, portanto estão em condições de analisar o momento de sua instituição bem como o contexto que cerca esta.

O trabalho está organizado em três capítulos: No primeiro, tratamos da gestão da política da assistência social, o SUAS - Sistema Único de Assistência Social, seus caminhos, desafios e possibilidades com destaque para a rede de atendimento e a intersetorialidade, um dos pontos chaves neste novo processo da política de assistência social.

No segundo abordamos a questão da territorialização, resgatando o surgimento deste tema, bem como, o seu emprego nas políticas públicas e principalmente na assistência social destacando o desenvolvimento do município de Maringá e seus bairros privilegiando a região oeste do município.

No terceiro capítulo discorreremos sobre os desafios a serem enfrentados na superação da fragmentação da política de assistência social, apontando o posicionamento dos entrevistados com relação ao trabalho em rede, bem como as perspectivas que se apresentam neste processo, a partir dos dados coletados através das entrevistas com as instituições selecionadas e da pesquisa bibliográfica que nos fundamentará para tal discussão.

Elaboramos as considerações finais, a partir das análises suscitadas pela pesquisa e dos elementos que esta nos apresenta no tocante ao trabalho em rede no território. Os pontos conflitantes que impedem a estruturação do trabalho em rede, as dificuldades que as instituições e gestores enfrentam neste processo de implementação, bem como, os desafios que ainda enfrentarão para a construção de um trabalho pautado na perspectiva de rede pontuada pela política nacional de assistência social.

1 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Somente com a Constituição Federal de 1988 e a regulamentação através da Lei Orgânica da Assistência Social é que a assistência social passou a ser entendida como uma política pública, deixando de ser uma ação assistencialista, que qualquer pessoa poderia executar.

A Constituição de 1988 é um marco importante no desenvolvimento da assistência social brasileira, pois passou a compreender esta política pública com todas as especificidades que uma política precisa ter para sua efetivação, inclusive incorporando uma luta de muitos anos da categoria profissional com relação à atuação na área, ou seja, não seria permitido qualquer outro profissional emitindo pareceres que competem exclusivamente ao profissional do serviço social.

Com a aprovação da seguridade social que propôs o Pacto da Cidadania/civilizatório, no qual o Estado e a Sociedade deveriam assumir a proteção de todos os cidadãos e cidadãs, a assistência social, rompe com as concepções de proteção social, com base na evidência da necessidade ou no contrato realizado, e propõe uma relação de cidadania plena, na qual o Estado é obrigado a fornecer o mínimo vital a todos os cidadãos e cidadãs (FLEURY, 1991 apud GOMES, 2002).

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS traz em seu texto a forma como devem ser efetivados e implementados os direitos individuais dos cidadãos e cidadãs, as diretrizes da assistência social e a forma de organização de suas ações de modo descentralizado, participativo e com controle social para norteá-las.

Podemos afirmar que a implantação/implementação da LOAS é resultado do processo de lutas e pressões sociais, que contribuíram significativamente para conquistas consideráveis no tocante as condições políticas e institucionais na construção da Política de Assistência Social, enquanto, direito do cidadão e dever do Estado (PNAS, 2004). Porém, ainda há enfrentamentos a serem travados para que esta política se concretize e consolide, como uma política pública de direitos. Pois, mesmo com as garantias dos direitos jurídicos, com os avanços constitucionais, ainda prevalece a existência da não-cidadania. Para Bobbio (1995), um dos grandes desafios a nós apresentados está em como garantir os direitos já existentes e impedir que eles sejam constantemente violados.

A Política Nacional de Assistência Social-PNAS aprovada em 2004 estabeleceu parâmetros para a institucionalização e fortalecimento dessa política configurando

o Sistema Único de Assistência Social-SUAS que foi regulamentado pela Norma Operacional Básica-NOB/SUAS em 2005, o que representou um avanço significativo da assistência social como política pública, como política de Estado não apenas como política de governo.

Esse processo de reordenamento da política de assistência social teve como pressuposto construir um desenho de gestão que atendesse a totalidade do usuário, contrapondo-se ao modelo segmentado estabelecido na própria Lei Orgânica de Assistência Social (art.2). Assim, passa a definir a especificidade da política na estruturação da rede de serviços socioassistenciais vinculados aos níveis de proteção social básica e especial e no grau de complexidade.

A política de assistência social passa a considerar as desigualdades socioterritoriais, o respeito às diferenças locais (étnico-cultural), a realidade dos municípios por porte, com destaque aos pequenos municípios que não tinham visibilidade e define a construção da rede de serviços regionais inseridos na proteção social especial. Estabelece ainda como diretriz a centralidade da família para a concepção e implementação da gestão de serviços (benefícios, serviços, programas e projetos), para assegurar a convivência familiar e comunitária como forma de atender aos contingentes sociais.

A PNAS/2004 normatizada pela Norma Operacional Básica de 2005 - NOB/SUAS aponta em seus eixos estruturantes a centralidade na família, o trabalho em rede e a territorialização como premissa para a superação do trabalho focado e fragmentado da Política de Assistência Social, presentes até então nas ações desenvolvidas.

O Sistema Único da Assistência Social - SUAS, integra o governo Federal com os Estados e Municípios em uma ação pública comum de garantia de direitos universais, organizando e coordenando a rede de serviços socioassistenciais, bem como integrando e articulando as demais políticas sociais, visando romper com as ações fragmentadas, descontinuadas e sem eficácia. Avança deste modo no desenho da gestão social, visando o enfrentamento à pobreza, à garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (art.1 e 2 da LOAS). Para construção de uma gestão plena é fundamental estruturar as ações em rede, pois somente deste modo deixamos para traz a fragmentação e os atendimento pontuais e descontinuados.

1.1 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nas décadas de 1980 e 1990, ampliou-se o debate sobre as políticas sociais, no contexto das lutas pela democratização do Estado e da sociedade civil. A atuação de movimentos sociais, de novos interlocutores no campo das políticas sociais, fortaleceu a idéia de constituição de espaços públicos que possibilitassem a participação de novos sujeitos sociais.

Profundas mudanças no modelo de gestão ocorreram a partir da Constituição de 1988 que consagrou a autonomia municipal, agora o município passa a ser protagonista na gestão pública, determinando a elaboração das leis orgânicas municipais para regular a descentralização administrativa, a participação da população na elaboração e na gestão de políticas,

A Constituição de 1988 coloca ainda, a assistência social como um componente da seguridade social, regulamentando-a através da Lei Orgânica de Assistência Social, que a define como direito do cidadão e dever do Estado, sendo que sua movimentação deva acontecer no campo da proteção social, tendo como função a inserção, a prevenção, a promoção e a proteção, centrando-se na cidadania.

Com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS são estabelecidos princípios doutrinários e organizativos, dentre eles o de descentralização político-administrativa, de democratização, de equidade, de complementaridade entre o poder público e a sociedade civil.

Com o objetivo de estruturar mecanismos que pudessem disciplinar estes procedimentos, em 1997 é aprovada a Norma Operacional Básica - NOB/97, que apresenta a estrutura básica da organização do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social. Aqui são apontados pressupostos, princípios e diretrizes, as atribuições dos órgãos gestores, caracterizando os níveis de gestão, os requisitos básicos para sua eficiência e eficácia, bem como, o fluxo de financiamento e transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social.

Entende-se por Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social aquele que propicia a efetiva partilha do poder, a definição de competências das três esferas de governo, à prática da cidadania participativa através dos Conselhos de Assistência Social e as transferências de responsabilidades pela execução dos serviços, programas e projetos para os Estados, Distrito Federal e municípios, devidamente acompanhados do correspondente repasse de recursos. Estabelece, também, o princípio do comando único em cada nível de governo e a necessária participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações desenvolvidas. (NOB/1997).

Para tanto, o processo de descentralização da assistência social deve encampar uma gestão intergovernamental democrática e com transparência no que tange as responsabilidades de cada esfera de governo em consonância com a legislação em vigor. Sendo ainda um processo que deva proporcionar a cidadania participativa no planejamento, acesso e controle das ações desenvolvidas pela rede de assistência social, constituída pelas organizações governamentais e não-governamentais.

Todos os municípios que atendem as condicionalidades previstas no art. 30 da LOAS, estão aptos a assumirem a gestão os serviços, programas e projetos assistenciais.

A gestão social traz valores democráticos para a gestão pública, qualifica o processo de tomada de decisão sempre pautado no diálogo democrático com a população. Sendo que esta não deve estar presente apenas parcialmente, mas antes de tudo deve integrar o processo de planejamento, implantação e avaliação das políticas públicas, pois segundo Tenório e Saraiva (2005, p.129) "não basta agir para o social, mas agir com o social".

O avanço do processo de municipalização e a construção da democracia participativa na gestão municipal estão diretamente relacionados à cultura política local e regional, que ainda carregam fortes características centralizadoras utilizando ações públicas para atender aos interesses privados. Esta é uma das heranças da nossa história autoritária, que centrou a estrutura da gestão nas esferas federal e estaduais e restritas ao aparato técnico-burocrático.

Para Dagnino (1994, p.104-105), o autoritarismo social engendra formas de sociabilidade numa cultura de exclusão que reproduz a desigualdade das relações sociais em todos os níveis, portanto a efetivação de uma sociedade democrática passa necessariamente pela eliminação desta condição.

Neste sentido a descentralização e a municipalização são diretrizes imprescindíveis no processo de democratização da gestão pública. Sendo que, o município é a esfera imprescindível para o gerenciamento das políticas locais, com autonomia das

prefeituras e a participação da sociedade civil assegurado o controle social. Deste modo podemos observar que o poder local tem conquistado maior espaço de decisão direta com novas formas de gestão, o que dá possibilidade para uma prática mais democrática.

É fundamental que a gestão social se pautem no modelo de Estado ampliado no qual a sociedade civil e governo se responsabilizem correlatamente pela formulação e implementação de ações e decisões que proporcionem respostas adequadas às demandas sociais. Sendo que, para tal é necessária uma ação conjunta em um processo de articulação das forças com o objetivo comum de aproximação dos serviços à população.

Na efetivação da gestão social é fundamental a constituição de instâncias e instrumentos que possam assegurar a construção da política de forma democrática e participativa para tanto os conselhos deliberativos, os fundos especiais e os planos instituídos nas três esferas de governo são importantes mecanismos que integram a gestão pública.

Cabe aos conselhos assumir um caráter propositivo na definição de prioridades políticas, acompanhar e monitorar as decisões implementadas, pois são instâncias deliberativas, são novos espaços de exercício do poder político e devem assim exercer o controle social.

Assim sendo, a construção desse novo modelo de gestão baseado nos princípios democráticos, éticos e eficientes, requer mudanças profundas que Nogueira apresenta a questão da seguinte forma:

Precisamos descartar os restos de patrimonialismo que privatizam a esfera pública, assim como a dinâmica formalista [...] que torna os gestores dependentes da norma, de tal modo que se mantenham permanentemente preocupados, às vezes exclusivamente, com o controle dos processos e não com os resultados. [...] a nova cultura gerencial deve estar capacitada a desenvolver a gestão cooperativa, a promover a cooperação e a colaboração institucional (NOGUEIRA, 1997, p.16-17).

Battini (2002, p.15-16), destaca ainda que este novo modelo de gestão exige alguns compromissos como:

- Uma nova relação entre Estado e sociedade;
- Mudança na cultura das instituições públicas e não governamentais;
- Capacidade prepositiva da sociedade civil;
- Capacitação permanente dos atores envolvidos nas políticas;
- Mobilização social permanente;

- Realização de estudos e pesquisas;
- Divulgação dos resultados;
- Transparência dos procedimentos de gestão;
- Planejamento.

A descentralização pressupõe a implantação de mecanismo de gestão em todos os níveis, contemplando o controle menos burocrático, buscando resultados que apresentem maior efetividade, com fluxo de informação contínua e uma participação conjunta do governo e sociedade civil na defesa de propostas, de interesse público e que contribuam para a construção de políticas públicas inter-relacionadas nas três esferas, pautados em uma gestão cooperativa, interinstitucional e flexível.

A descentralização político administrativa na política de assistência social esta em pauta desde 1988, no entanto o avanço é lento, pois demanda mudança de paradigma e profundas alterações sobre a forma de se conceber esta política social tanto por parte das entidades, governos e sociedade civil.

Esta descentralização político administrativa passa pelo comando único das ações em cada esfera de governo, ao qual compete a articulação e integração das iniciativas públicas e privadas na área de assistência social, objetivando assim, vencer a pulverização dos recursos e a superposição das ações e dos serviços.

Não obstante este importante passo que é a descentralização político administrativa, que desencadeia a municipalização dos serviços, há muitos desafios a serem vencidos, principalmente no que se refere à questão das transferências de recursos financeiros para a execução das ações, pois não havendo a devida transferência destes, o processo de descentralização pode se caracterizar apenas, como desconcentração dos governos Federal e Estadual no que tange a implementação e manutenção da rede de serviços, programas e benefícios.

Portanto, ainda é necessário vencer alguns obstáculos no que tange ao financiamento da Política de Assistência Social no âmbito nacional, dentre eles: a garantia de recursos orçamentários com um percentual mínimo definido nas três esferas de governo e a aplicação exclusiva dos recursos da Seguridade Social na saúde, previdência e assistência social ganham destaque neste contexto em que à descentralização que deve contemplar todas as faces do processo e não apenas os serviços.

1.2 INTERSETORIALIDADE

Para Inojosa (2001) a intersectorialidade é a articulação de saberes e experiências pautadas em ações conjuntas e planejadas que possibilitam a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados e conhecimentos resultantes da integração de diferentes áreas de contato independente de sua complexidade. Já é uma realidade em algumas cidades brasileiras, como São Paulo e Belo Horizonte, que podem contar com programas que vêm a intersectorialidade como uma das formas de atuação para alcançarem maior efetividade e impacto sobre os problemas e demandas da população, com uma visão integrada destas questões e de suas soluções.

Mesmo sendo algo recente a abordagem intersectorial em políticas públicas é considerada como uma alternativa na resolução de problemas com os quais a administração pública tem que lidar.

Sposati, (2006, p.140) afirma que o pacto de uma ação coletiva, integrada para um mesmo objetivo, faz com que o princípio da convergência se estabeleça, possibilitando deste modo o movimento das políticas públicas na perspectiva intersectorial, causando mudanças na cultura da gestão e na cultura dos agentes institucionais. A idéia de pacto de gestão vai além da solução de problemas ou do aumento da capacidade de resolução.

Produz uma nova inteligência institucional, um novo domínio da realidade e traz o debate da inovação, superando o modelo da resposta pronta e única. Com isto, permite a porosidade democrática no modelo de gestão que possibilita enfrentar novos problemas, criar nova linguagem e novas respostas.

No Brasil o modelo de gestão que se solidificou ao longo dos anos foi aquele vertical, tradicional e hierárquico, onde o gerente planeja, faz orçamento, organiza, contrata pessoal, exerce o controle e resolve todos os problemas de maneira centralizada.

No entanto outras iniciativas vêm despontando no sentido de oxigenar a gestão com experiências modernas, onde há horizontalização e participação no desenvolvimento das ações, num processo que permite a criação de redes, cuja coordenação é feita por um gestor que planeja, estabelece a direção, corre riscos, cria equipes, motiva, inspira e introduz interlocução criando redes e não apenas observando o processo (GOMES et al, 2002).

Cada política tem um sistema específico de organização, elaboração e aperfeiçoamento que deve ser respeitado no processo do trabalho em rede, quando se busca

através da gestão dos serviços das políticas sociais, regulamentar a operacionalização da gestão por meio de suas normas operacionais. Implantando ainda sistemas de informação, monitoramento e avaliação e de gestão de recursos humanos que são fundamentais para o avanço e efetivação das políticas sociais e conseqüentemente da gestão dos serviços.

Inojosa (2001) ao falar da intersetorialidade demonstra através de exemplos simples o que seria este trabalho interligado falando que a própria vida é tecida em conjunto, não havendo possibilidade de dissociação entre uma das partes e o todo.

As necessidades e expectativas das pessoas e dos grupos sociais referentes à qualidade de vida são integradas. Não adianta prover escola para uma criança se ela não estiver bem alimentada e saudável. Sem um conjunto de necessidades atendidas, ela não conseguirá realizar seu aprendizado e desenvolver-se. A violência não se resolve com a repressão à criminalidade, mas, principalmente, com educação, distribuição de renda e outras ações sociais. O atendimento médico de boa qualidade no parto pode até diminuir a mortalidade materna, mas não consegue evitar outros riscos, como o baixo peso do bebê ao nascer, após uma gestação em condições inadequadas. (INOJOSA, 2001, p.4).

E destaca ainda que:

Sabemos, portanto, que coisas separadas ou itens isolados não dão conta de promover qualidade de vida, de fomentar o desenvolvimento, de superar a exclusão social. (INOJOSA, 2001, p.4).

Diante deste contexto é necessária uma reflexão sobre a forma como os serviços são prestados, principalmente pelos órgãos governamentais que fatiam o atendimento desconsiderando o todo do indivíduo na propositura dos serviços gerando o não atendimento efetivo da demanda apresentada.

Enfrentar estruturas verticalizadas nas quais as decisões não estão ao alcance dos profissionais que atendem diretamente os indivíduos ou às famílias é imprescindível. Na maior parte das vezes as decisões são tomadas nos gabinetes, nos altos escalões que não atuam ou conhecem a demanda da população, suas implicações e necessidades, tal desconhecimento é fruto das decisões político-partidárias que impõe às políticas sociais pessoas não habilitadas cujo conhecimento não contempla reflexões e condições de fazer proposições para o avanço destas políticas.

Setores como educação, saúde e assistência social despertam interesses de fornecedores, produtores e grupos partidários que fazem destas áreas verdadeiras arenas de disputas, onde não se trabalha com a idéia da cooperatividade no sentido de melhorar a vida daqueles que se utilizam dos serviços, deixando de lado os interesses coletivos, os direitos e o provimento dos direitos em função dos interesses individuais Inojosa (2001). Para a autora o olhar superficial e generalizado sobre as demandas apresentadas sem considerar a diversidade e o princípio da equidade na oferta dos serviços, bem como a avaliação dos resultados dos serviços prestados acaba por contribuir fortemente para a manutenção deste quadro.

Difícilmente conseguimos perceber, nos vários níveis de governo, a prática da avaliação de resultados. Faz-se a avaliação dos produtos oferecidos: quantas consultas foram realizadas, quantas cestas básicas estão sendo distribuídas, quais as obras terminadas. Mas, de fato, que diferença isso fez para o grupo que vive em tal região, com tal perfil, para segmento tal ou qual que tem determinadas características? Isso é uma coisa que não se sabe nem se pergunta (INOJOSA, 2001).

Diante de tal, a autora nos exorta a uma atuação que assegure o trabalho integrado em todas as suas fases de execução buscando assim alcançar resultados integrados visando um efeito sinérgico e não apenas uma junção disforme construção de agendas e planejamentos iniciais de ações sem previsão das demais etapas que estes demandam.

Na busca de uma ação conjunta dos diferentes setores das políticas públicas na perspectiva de transetorialidade, que traz em si a articulação de saberes e experiências calcadas no planejamento, Inojosa (2001) define quatro pontos que devem impreterivelmente estar presentes para que este seja possível: mudança de paradigma; projeto político transformador; planejamento e avaliação participativos e com base regional; atuação em rede de compromisso social.

Estes aspectos referem-se à superação de posturas fragmentadas até então presentes nas políticas, assim como a necessidade de um projeto que dê conta da realidade social transformando-a de modo a promover o desenvolvimento social com repartição mais equânime das riquezas e bens sociais disponíveis. Outro aspecto apresentado diz respeito às instâncias internas dos governos, referindo-se ao planejamento com base regional, embasado em análises situacionais e com participação dos diferentes atores sociais.

E finalmente no quarto aspecto ressalta a necessidade de um olhar transetorial, ou seja, a articulação de saberes e experiências embasadas no planejamento, e na

construção de uma rede de compromisso social que vai permeando e abrindo a sociedade, agregando novos atores preocupados em fazer propostas e avaliações que dêem conta dos problemas apresentados, articulando-se em redes locais e tecendo outras redes mais amplas que atingem âmbitos regionais e nacionais.

De acordo com Rizotti (2007, p.2), as perspectivas atuais da política de assistência social propõem a construção de um sistema único que assegure serviços, programas, projetos e benefícios organizados numa estrutura integrada nacionalmente e ao mesmo tempo descentralizada, participativa e democrática, consolidada a partir do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

No SUAS estão definidos e estruturados elementos essenciais e necessários à execução da política de assistência social, desde a nomenclatura dos serviços, da rede socioassistencial, bem como dos eixos estruturantes que apontam a centralidade na família, o trabalho em rede e a territorialização como premissa para a superação do trabalho focado e fragmentado da Política de Assistência Social, buscando a articulação, provendo ações de proteção social básica e especial junto a municípios e estados lançando novas bases para a relação Estado e sociedade civil, financiamento, controle social e participação popular (cidadão usuário) (PNAS apud RIZOTTI, 2007, p. 2).

O SUAS está posicionado na intersectorialidade com as demais políticas sociais, fato que ainda demanda maior integração e delimitação de atribuições específicas para o estabelecimento de articulações na regulação do Estado em favor da consolidação dos direitos sociais e da democracia na perspectiva da socialização da riqueza e da participação política. Sua afirmação merece destaque no tensionamento entre a financeirização da economia, que responde a interesses conservadores, e a ampliação de um Estado democrático de direito, o qual para além dos preceitos normativos, de ordenamento jurídico, administrativo e regulatório, significa a elucidação e o fomento das condições objetivas para a garantia dos direitos socioassistenciais (COLIN; SILVEIRA, 2006, p.26).

Um passo importante no processo de democratização das relações entre os órgãos prestadores de serviços e a população perpassa pela escuta, pelos espaços de expressões das necessidades dos sujeitos beneficiários das políticas públicas.

Deste modo haverá maior possibilidade de execução dos programas e projetos de modo integrado, envolvendo a população e o órgão gestor na elaboração e execução de ações sociofamiliares de forma homogênea, respeitando as diferenças locais, mas

assegurando e trabalhando da mesma forma, com a mesma abordagem, com a mesma condução das ações, para reduzir, se não zera as disparidades entre estes, principalmente quanto à priorização das atividades.

No caminho da concretização desta política pública em consonância com as premissas preconizadas na LOAS, são imprescindíveis elementos organizadores como a normatização dos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, associados aos eixos estruturantes definidos pela PNAS/2004.

São estes eixos estruturantes apontados pela Política Nacional que indicam os caminhos e possibilitam condições para que o Sistema Único da Assistência Social-SUAS normatize os serviços no processo de execução da política, portanto a territorialização e descentralização político-administrativa; a política de recursos humanos; o financiamento; matricialidade sociofamiliar; informação, monitoramento, avaliação e controle social, estão na base deste sistema que visa uma gestão integrada (PNAS, 2004).

Trabalhar sob a perspectiva da territorialização é um desafio para a assistência social, sendo imprescindível à compreensão e definição sobre que território é este ao qual no referimos, sem perdermos de vista as questões que implicam a distribuição territorial no Brasil que é fruto de combinações entre força de mercado e decisões governamentais.

Segundo Santos (2007) estas ações contribuem e acabam por determinar o grau de pobreza da população de determinadas regiões, pois os cidadãos se vêem forçados a migrarem para diferentes áreas em busca da sobrevivência, mesmo que estas não ofereçam infra-estrutura mínima.

O autor afirma ainda que uma política redistributiva no que tange ao território é fundamental, pois sendo um direito indiscutível deve assegurar uma vida decente e a não discriminação em função do lugar onde as pessoas vivem sendo responsabilidade do Estado fazer valer este direito.

A política Nacional de Assistência Social (2004) busca em Milton Santos ¹ a base para a discussão sobre território proposta em seus eixos estruturantes a partir dos quais as ações desta política devem ser estruturadas.

Milton Santos, geógrafo brasileiro, faleceu aos 75 anos a 24 de junho de 2001. É considerado o maior geógrafo brasileiro pelos colegas de profissão sendo que ao longo de sua vida e atuação profissional sublinhou o aspecto humano da geografia e criticou a globalização perversa, destacando que a população pobre como ator social seria capaz de promover uma outra globalização. Introduziu importantes discussões na geografia; sempre preocupado com a questão metodológica, construiu conceitos, aprofundou o debate construiu conceitos, aprofundou o debate epistemológico e buscou na transdisciplinaridade uma visão totalizadora da sociedade.

Milton Santos como um estudioso da questão territorial pontua a importância de compreendermos que o território só pode ser reconhecido como categoria de análise quando se compreende a sua materialidade como território utilizável. O território por si só não dá conta de explicar todos os fenômenos e relações históricas que envolvem o homem em contato com o meio, portanto a categoria de análise na qual devemos nos pautar é o território utilizável, posto que, é nele que as pessoas vivem, utilizam e transformam a natureza. É no território utilizável que se dá o trabalho e a política, onde estão os fixos e fluxos, ou seja, aquilo que imóvel e móvel e sem os quais não é possível pensar qualquer pedaço de território, sendo que ele traz em seu bojo a historicidade e as características da materialidade e das ações realizadas (SANTOS, 2006, p.247).

1.3 REDE: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

A concepção do trabalho em rede é relativamente nova no cenário das políticas públicas e como tal é um conceito que está se firmando e requer uma profunda reflexão para que apreendamos a sua essência e reais possibilidades de aplicação aos serviços prestados de forma digna, com equidade e justiça social.

A palavra rede vem do latim *retis* e significa teia, ou seja, um entrelaçamento de fios que formam uma espécie de tecido de malha aberto. Atualmente esta vem ganhando novos significados, entre eles a relação de pessoas e organizações que mantêm contato entre si com um objetivo comum.

O conceito de rede aparece como ponto crucial na compreensão cognitiva das transformações de grande impacto e nas mudanças que ocorrem nos setores político, econômico e social Rodrigues (2006).

Whitaker (2001) concebe a rede na perspectiva de construções entrelaçadas como forma de organização de pessoas ou entidades que trabalham juntas. No entanto chama a atenção para a não compreensão do termo, bem como de sua aplicação em muitas situações, cujos envolvidos denominam de trabalho em rede, mas que, no entanto está distante de sê-lo, pois desconsideram elementos básicos tais como dividir responsabilidades e funções, estabelecer regras de comunicação e decisão conjuntas que são inerentes ao processo de construção em rede.

O autor faz o contraponto entre a forma de organização através de ações que suscitam o trabalho em rede com as velhas e ainda vigente formas de organizações onde o modelo piramidal é o constantemente aplicado, com a grande parte da população na base, proporcionando degraus para que poucos galguem espaços restritos e que comportam apenas alguns poucos eleitos.

No sistema em pirâmide há uma base e uma cúpula o que torna as relações hierarquizadas em todos os seus níveis. Já no sistema de rede, não há hierarquia e sim diferentes tipos de poder, de responsabilidades e funções diferenciadas, no entanto todos os membros estão no mesmo nível em termos de poder, e não estão atrelados a nenhum tipo de dono, chefe ou patrão, pois as tarefas são igualmente divididas de acordo com as especificidades de cada membro.

Na busca de explicitar detalhadamente o tema rede e a sua aplicabilidade na sociedade, Whitaker (2001) faz um resgate histórico sobre o surgimento do termo e de sua relação com a organização de ações. Ele parte da década de 1960 quando há o expraimento do termo:

Nos anos 60 - mais exatamente em 1968 - no mundo todo começou uma reação - que parecia nascer das suas próprias entranhas - aos diferentes tipos de dominação que estavam esmagando as pessoas. E ela veio principalmente dos jovens (WHITAKER, 2001).

O Brasil, cujo Ato Institucional Número 5 efetivava claramente a ditadura militar, não ficou imune a este movimento e em meio a este sistema que esmagava liberdades, principalmente os jovens, iniciaram a resistência contra os diferentes tipos de autoritarismo em busca de mudanças e um pouco mais de democracia, à custa da própria vida.

Para o autor, aí já estavam às primeiras sementes de uma organização horizontal, sem comando nem mando, sem hierarquias nem exclusões, sem imposições nem proibições, na base da co-responsabilidade e da cooperação, e não da competição e do interesse pessoal, que poderíamos chamar de rede. Nesta as relações seria horizontalizadas e construídas na perspectiva de um dia este poder conjunto ser capaz de mudar a sociedade como um todo.

Mas não é só na natureza que existem redes, e que as redes são condição de continuidade da vida. Em geral nas famílias que vão bem, nas nossas pequenas comunidades de vizinhança que já não lutam ferozmente para sobreviver, vivemos em redes. Redes de ajuda mútua - em que trocamos reciprocamente favores, bens, saberes, conselhos, serviços. (WHITAKER, 2001)

Foi com este espírito que a idéia de rede se espalhou, mesmo sendo um conceito já empregado na natureza, nas relações entre os seres, mas agora ganhando nova compreensão, pois passa a ser aplicado às relações humanas.

Utilizando a simbologia da rede da pescar é possível pensar a rede de serviços na qual os fios são interligados por pequenos nós, e de cada nó saem às informações em todas as direções que ligam esse nó aos demais nós que estão em torno dele, e destes aos outros nós do resto do tecido que asseguram a transmissão das informações e as ações e relações necessárias ao desempenho dos serviços que devem ser prestados às pessoas.

A ligação das políticas sociais a partir da rede seria, portanto, esta construção conjunta em favor da qualidade e quantidade dos serviços ofertados aos cidadãos respeitando a sua liberdade, com respeito mútuo, igualdade, democracia, transparência e coresponsabilidade evitando assim constrangimentos, peregrinações infrutíferas e perdas ao longo do percurso em busca dos serviços.

Esta concepção de rede como interligação de ações com vistas na melhoria nos serviços prestados está presente em Villassante², que a vê como uma alternativa no emaranhado das lutas populares.

Para Villassante (2002, p.92) a idéia de rede esta presente de modo significativo nas múltiplas redes de lutas populares e nas estratégias de enfrentamento às políticas neoliberais, que se constituem de ações nefastas na sociedade. Ele destaca em seu texto que o homem não é um ser estritamente individual, que há uma rede intelectual, emocional e relacional interligada cujas estratégias são fecundas no que tange a construção e participação na realidade social.

Sabemos que nenhuma rede se constitui como um aglomerado de pessoas, mas como um espaço em que os fios vão se tecendo na medida em que cada um descobre o outro, num processo permanente de construção de algo que, além de individual é coletivo. Temos vivido este processo. Para seguir vivendo, precisamos nos articular com outras redes de ação-conhecimento-ação. (FRIGOTTO; TIRIBA, 2000, p.15).

² De origem espanhola, professor universitário e autor, ao longo das últimas décadas vem discutindo a participação, desenvolvimento local e sustentabilidade na perspectiva da construção em rede.

Portanto o estabelecimento das ações em rede deve respeitar a governabilidade e estabilidade das instituições, das políticas sociais sem, no entanto, perder de vista a construção relacional tecida entre os indivíduos no cotidiano social.

Inojosa (1999, p.2) vai mais além ao apresentar a rede como algo que vem sendo compreendida como uma estratégia de gestão das políticas públicas no enfrentamento de questões sociais com maior complexidade, buscando melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. A idéia do trabalho em rede vem como possibilidade de superação de trabalhos fragmentados, setorizados, paralelos, realizados por instituições governamentais e não governamentais e que hoje não respondem às demandas sócio-econômicos dos usuários, e tão pouco expressam um compromisso com a realidade social local.

Na gestão municipal tradicionalmente as políticas públicas básicas (educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, esporte, lazer, trabalho etc.) são setoriais e desarticuladas, respondendo a uma gestão com características centralizadoras, hierárquicas, deixando prevalecer práticas que não geram a promoção humana. Além disso, cada área da política pública apresenta uma rede própria de instituições e/ou serviços sociais, muitas vezes desarticuladas e desconectadas das demais áreas (BOURGUIGNON, 2001, p.2).

A rede de atendimento a qual fazemos referência aqui, é na perspectiva da articulação institucional, com respeito aos princípios gerais norteadores das intervenções de cada instituição, posto que, há princípios e regras diversificados em cada uma para alcançar seus objetivos primeiros. Portanto, quando enfatizamos o trabalho em rede, é no sentido de traçar estratégias, de intercâmbio e troca de idéias e implementação de ações conjuntas que possibilitem reduzir a fragmentação dos serviços prestados por estas, logo, a idéia é de que uma rede de atendimento não significa a existência de uma uniformização dos serviços, e sim a articulação institucional tão necessária no cenário das políticas públicas.

Deste modo o desenvolvimento das ações em rede seria um dos passos para rompermos com a fragmentação, bastante presente nas políticas públicas. Vislumbramos aqui a possibilidade de um trabalho que articule diferentes setores da sociedade na perspectiva da intersetorialidade que é um princípio presente no desenho da prática em rede entendida como:

[...] Articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações, com objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas. (JUNQUEIRA apud INOJOSA, 1998, p.43).

2 ESPAÇO, TERRITÓRIO E O TRABALHO EM REDE

A PNAS/2004 aponta o trabalho a partir da territorialização como um dos eixos estruturantes de sua Política, ou seja, do espaço no qual o indivíduo realiza ações transformando-o de acordo com a sua ocupação, pois é chão das ações a serem desenvolvidas.

Segundo Koga (2003) é necessário que as políticas públicas considerem a diversidade que há em todas as regiões, cidades e bairros brasileiros para que se respeite às especificidades e necessidades de cada uma. Pacotes prontos de programas sociais pensados a distância, sem considerar muitas vezes as reais necessidades de determinadas regiões e que certamente não atenderão a demanda, não podem mais ser tolerados, é imperativo análises que contenham visões de equidade para que os programas e projetos atendam as necessidades de cada indivíduo dentro do território que habita.

As especificidades de cada região brasileira são para Santos (2006, p.249) resultados da forma como as terras brasileiras foram ocupadas e colonizadas desde o seu descobrimento até os dias atuais quando ainda se busca assegurar a continuidade deste desenvolvimento que se mostra, ainda hoje, bastante desigual em muitas regiões.

O documento da PNAS/2004 se fundamenta no conceito do território vivo e dinâmico, apresentando elementos que permitem reflexões e elaborações diferenciadas sobre a política de assistência social, possibilidades de uma prática menos fragmentada e com respeito às especificidades de cada região do país propõe a inversão da lógica de atendimento da demanda a partir do respeito às especificidades apresentadas pelos municípios brasileiros.

A utilização, pela assistência social, dos dados do IBGE/2000 (Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística) que traz a caracterização dos municípios brasileiros de acordo com seu porte demográfico, e os dados socioterritoriais, na formulação de suas estratégias no que tange as ações a serem implementadas em todos os municípios, é um dos passos importantes rumo a uma ação com maior proximidade da realidade local. Sair do modelo anteriormente adotado de "pacotes" prontos de programas federais antes aplicados nos mais de cinco mil municípios brasileiros com características diversificadas demonstra um respeito renovado aos municípios e as especificidades e desigualdades regionais apresentadas por estes.

A nova caracterização proposta pela PNAS/2004, objetivando medidas adequadas a cada parcela do território brasileiro, de modo mais abrangente, foi assim definida:

- **Municípios de pequeno porte I** - com até 20.000 habitantes, com aproximadamente 5.000 famílias e com forte traço de população em zona rural.

- **Municípios de pequeno porte II** - Estes têm a população entre 20.001 e 50.000 habitantes, neste a presença de população em zona rural é mais reduzida, porém continua sendo significativa.

- **Municípios de médio porte** - são aqueles que registram uma população entre 50.001 e 100.000 habitantes, estes possuem uma maior autonomia, em relação aos municípios de pequeno porte, mesmo recorrendo ao apoio dos municípios de grande porte mantém sua economia e desenvolvimento contando com indústrias de transformação, comércio e serviços. Nestes municípios há necessidade de uma presença com maior efetividade de serviços de assistência social com destaque para a rede de proteção básica. Com relação à rede de proteção social especial a demanda destes municípios é menor, sendo mais viável a junção de alguns municípios com objetivo de suprir as necessidades apresentadas.

- **Municípios de grande porte** - possuem entre 101.000 a 900.000 habitantes são pólos, respondem por parte das demandas da região, e são sedes de serviços especializados.

- **As metrópoles** com um contingente populacional acima de 900.000 habitantes enfrentam agravantes de regiões descobertas pelos serviços do Estado.

É com base nesta divisão, que respeita o porte, a capacidade gerencial, de arrecadação, e as demandas apresentadas pelos municípios que o Sistema Único da Assistência Social-SUAS visa integrar o governo Federal com os Estados e Municípios em uma ação pública comum de garantia de direitos universais.

É através deste sistema que a rede de serviços socioassistenciais será organizada, coordenando, articulando e integrando as demais políticas sociais, deixando para traz as ações fragmentadas, descontinuadas e sem eficácia que por um longo período eram desenvolvidas pela Política de Assistência Social e deste modo, desenvolvendo ações que contemplam a real necessidade da população de cada região brasileira.

Para Milton Santos (1988) é fundamental nos determos com maior detalhamento sobre análise do espaço que é algo muito mais amplo que o território, pois o segundo se configura por um conjunto de técnicas, meios de produção, de coisas e objetos, bem como o nome atribuído ao conjunto que forma um país. Enquanto o espaço é mais amplo, pois envolve, um embricamento entre homem e natureza formando uma totalidade, resultante da relação sociedade, espaço e natureza.

O espaço é construído, é produtivo é uma mercadoria universal, nele e por ele acontecem especulações de ordem econômicas, sociais, políticas, ideológicas que atuam de forma isolada ou conjunta. O espaço a priori é um capital de toda humanidade, no entanto poucos podem usufruí-lo de maneira integral, pois fatores econômicos, sociais e políticos interferem na forma como este pode ser utilizado pelos cidadãos. Mesmo figurando inicialmente como um direito de todos há condicionalidades explícitas e implícitas em sua utilização. Portanto nas relações que se estabelecem no cotidiano o mesmo não é tratado como bem comum, pois seu acesso é restrito a alguns poucos eleitos, sendo deste modo um elemento desagregador, posto que ao invés de unir o homem os separa seletivamente de acordo com seus haveres colocando-os em classes sociais (SANTOS, 2004).

Diante desta realidade o autor defende uma nova concepção de espaço, que seja aquele que une o homem, que reproduza a vida, enfim um espaço verdadeiramente humano e que contemple o homem em sua integralidade como ser social e não apenas um espaço como instrumento do capital que instiga o abismo das desigualdades sociais.

Com vistas nesta perspectiva de espaço como totalidade verdadeira encampada na categoria território, que Milton Santos (2004) tece considerações acerca dos espaços habitados pelo homem e nos exorta a compreendermos que espaço é este que tanto falamos, mas que por vezes escapa-nos a compreensão de sua totalidade.

Portanto é imprescindível pensarmos o espaço, não apenas como elemento absoluto, aquele mensurável através da cartografia, ou mesmo o espaço como a relação entre os objetos, mas sim o espaço relacional que congrega os arranjos geográficos, objetos sociais, naturais e a sociedade em movimento.

O espaço é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois tem um papel na realização social. Enquanto totalidade a sociedade é um conjunto de possibilidades. (SANTOS, 1988, p.27).

Esta totalidade apresentada por Santos (1988, p.27) é feita na perspectiva de Kant, onde a pluralidade assegura a unidade que se apresenta como essência da sociedade em andamento que se movimenta e evolui na qual o seu presente ainda se realizará. Para ele o espaço e a sociedade evoluem de maneira contraditória em função da infinitude do movimento, sendo este movimento um elemento significativo no processo de evolução em andamento na sociedade que já incorporou às formas geográficas e a sua transformação em

espaço, cujo resultado é à existência, a forma, o conteúdo que poderia interferir e influenciar na mudança social.

Há uma crescente preocupação em relação ao estudo do espaço, diferentes profissionais dedicam-se a compreensão deste tornando-o interdisciplinar e um objeto concreto de análise. Para Santos (1988, p.72) a compreensão do espaço, passa por elementos concretos como a paisagem, sendo que esta "é a materialização de um instante da sociedade" sendo até mesmo caracterizada como um quadro estático em contrapartida ao espaço que contém o movimento.

Para o autor o casamento da sociedade e da paisagem gera o espaço, que se complementa e se opõe a paisagem em uma relação dialética. Sendo o espaço algo estrutural, e intrinsecamente ligado à paisagem, que é coisa e a espacialização, que é funcional, sendo que:

O espaço é igual à paisagem, mas a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. (SANTOS, 1988, p.73).

Santos (1988, p.111) chama a atenção para o fato que definir espaço não é uma tarefa simples, muito vem sendo discutida a cerca deste tema, que segundo ele, influencia diretamente no bom resultado das análises e enfoques prospectivos, diante de tal ele propõe uma definição operacional fundamentada no real.

O processo de globalização e mundialização da sociedade instiga o homem a (re) descobrir e (re) valorizar a verdadeira natureza, vez que as diferenças geográficas ganham importância nas definições dos lugares para investimentos em produção. É fundamental esta retomada e compreensão sobre o potencial de cada território bem como de sua utilização na perspectiva de produzir os resultados esperados.

Milton Santos trabalha com a concepção de espaço composto por dois componentes que interagem continuamente: a configuração territorial, formada pelos recursos naturais como rios, montanhas, florestas e recursos artificiais com estradas de ferro, açudes, barragens, cidades, entre outros, em conjunto com a dinâmica social/conjunto das relações composta pelo movimento, por fatos históricos, políticos e econômicos que definem a sociedade em dado momento, sendo que a sua compreensão é fundamental para a articulação nas diversas frações do espaço.

A rede urbana, composta por subespaços (agrícolas; urbanos, estratégicos...) que formam a totalidade do espaço tem um papel fundamental na definição deste, pois o organiza e garante a integração dos fixos e fluxos, que representam a configuração territorial e as relações sociais. Os fixos congregam os instrumentos de trabalho (agências de correios, bancos escolas...) e forças produtiva, inclusive dos homens; enquanto os fluxos são o movimento e circulação que influenciam na distribuição e consumo. Fluxos e fixos interagem mutuamente, sendo que ao segundo compete assegurar o movimento de todos os elementos contidos no fixo ao longo do processo de desenvolvimento social (SANTOS, 1988, p.112).

Pensar o território, não se configura apenas uma questão espacial, de limites territoriais, físicos, porém diferentes elementos devem compor esta reflexão. Partindo das reflexões apresentadas por Santos (2007) seria necessário que ao olharmos os mapas das cidades nos atentássemos para os fatores que apontam as extensas áreas com densidade demográfica elevada, porém desprovidas de equipamentos destinados a assegurar a qualidade de vida, o atendimento com respeito à dignidade dos cidadãos, como hospitais, escolas, postos de saúde entre outros serviços indispensáveis à vida.

Para que tal ocorra é necessário que haja esforço e desejo político, e só assim, não teremos espaços desabitados, pois com o investimento em infra-estruturas mínimas, na garantia de acesso aos serviços essenciais no território e na definição de estruturas dignas de vida, os cidadãos poderão ocupar territórios até então não habitáveis em função de suas condições básicas. Portanto o direito de morar perpassa pelas condições efetivas para tal, como o investimento governamental no sentido de assegurar espaços dignos e em condições de sobrevivência.

Segundo Wanderley (2006) o território é o chão onde as relações sociais se efetivam. O pertencimento a um lugar/território está intimamente ligado ao homem, que elabora símbolos representativos, elementos culturais que estão presentificados neste território, onde ele trabalha mora, circula e solidifica suas relações sociais e individuais.

Porém este direito do cidadão ao território, passa por vezes por combinações alheias a sua vontade, sejam por forças de mercado ou como resultados de decisões governamentais, os indivíduos são forçados à migração, ou a habitarem em áreas desprovidas de condições mínimas de subsistência que ampliam sua situação de pobreza.

É dever intransferível do Estado, prover as necessidades de cada cidadão brasileiro, porém na teia das relações sociais nem sempre o princípio da redistribuição econômica ou geográfica é respeitado, o que contribui para o agravamento do quadro da injustiça social que historicamente enfrentamos no país.

Para que haja justiça social e todos os cidadãos sejam realmente atendidos e usufruam dos bens e serviços socialmente disponíveis é necessário que o Estado exerça sua função primeira, atendendo a demanda com análise hierárquica dos problemas apresentados de maneira democrática, ouvindo os cidadãos sobre as questões com as quais estão diretamente envolvidos. Será assim, considerando todos os cidadãos como iguais, independente do lugar/território em que estejam é que as desigualdades sociais poderão ser vencidas (SANTOS, 2007).

Partindo da importância do território na construção das relações sociais e individuais a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 apresenta em seu texto a territorialização como um eixo que estrutura a política pública de Assistência Social que na perspectiva de Koga (2003) aponta para uma relação intrínseca entre as políticas públicas e a qualidade de vida dos cidadãos.

[...] ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. (PNAS/2004).

As políticas públicas não podem ser pensadas descoladas do universo cultural da população que vive no âmbito do território, pois suas necessidades, forma organizacional, história entre outros elementos são bastante singulares. Portanto o respeito à diversidade e a vontade política de fazer valer a ação pública é fundamental no processo de efetivação das políticas públicas.

[...] è essa perspectiva que esta Política Nacional quer implementar [...] tendo como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e intersetorialidade. (PNAS/2004).

Partindo destes elementos podemos afirmar que a operacionalização da política de assistência social em rede deve ter como base a territorialização, posto que este é um dos caminhos na busca da superação das ações fragmentadas e focadas até então presentes nesta política.

Será necessário o rompimento com velhos paradigmas no sentido de garantir uma nova prática integrada e articulada com vistas na superação da segmentação na execução das ações.

No histórico brasileiro há elementos que apontam que poucos são considerados cidadãos, atores e autores de sua própria trajetória em condição de intervir nas decisões coletivas agregando valores sobre as reflexões e definições acerca do seu espaço e deste modo corroborando para que as políticas públicas possibilitem a redução das desigualdades socioterritoriais. Há um indicativo de que a grande maioria da população é concebida simplesmente como moradora, ou seja, que apenas povoam um espaço, sem que seu potencial, necessidades e desejos sejam considerados no que concerne à construção dos elementos integrantes de sua vida em todos os seus aspectos (KOGA, 2006).

Milton Santos (2004) afirma que pensar o mundo, só nos é possível, a partir do lugar onde nos encontramos, pois este sentimento de pertencimento permeia toda a visão e interpretação da realidade e do mundo que nos cerca forjando o indivíduo.

Portanto, o lugar/território tem ação imperativa sobre nossa forma de compreensão da realidade, pois é com base nos elementos contidos no território e que influenciam significativamente o desenvolvimento do indivíduo e suas vivências, que (re) interpretaremos a realidade social.

O território é vivo e atua em conjunto com outros agentes na produção da realidade social, ele pode proporcionar elementos emancipatórios, mas pode também, gerar preconceitos e isolamentos sociais.

Como elementos vivos, os territórios são ativos, apresentam dinamicidade, e se confrontam com as ações e instrumentos de medidas. Portanto a formulação de instrumentos de medidas territoriais é um desafio para nós, porque os mesmos devem contemplar essa dinamicidade apresentada pelo território.

Diante de tal é mister nos aprofundarmos neste processo, pois somente partindo deste referencial é que iniciaremos a dinâmica da compreensão qualitativa das desigualdades, das razões, conexões e diferenças do contexto socioterritorial e cultural, invertendo a lógica no exercício de atendimento das demandas. Na busca da inversão da lógica de atendimento, muitos passos foram dados, alguns destes foram revistos, incorporaram novos elementos, outros ainda, foram deixados de lado quando comprovada a sua não adequação para desvelar e explicar a realidade.

Diante de tais fatores a assistência social vem revendo seus referenciais teóricos e deste modo incorporando novos conceitos que possibilitem uma prática mais

sintonizada com a demanda apresentada pela sociedade. Segundo Wanderley (2006), o resultado desta revisão nas bases teóricas foi à alteração na utilização do termo comunidade ou comum-unidade, longamente presente na Assistência Social, que ressalta as relações solidárias, desejos comuns, relações de amizade, fortalecendo a idéia do modelo de família comunitária que se estende aos vizinhos e regiões das cidades, cuja raiz teórica é diversa da raiz de território, não sendo um termo sinônimo do outro.

Portanto, ao optar pela utilização do termo território esta política não faz apenas uma substituição pura e simples, ela encampa toda a discussão, reflexão e elementos agregadores que este termo propõe para a pauta das políticas públicas.

A assistência social passa a tecer suas políticas com base no território concebido como espaço de disputa, contradições, denúncia e anúncio com o qual as famílias mantêm uma relação simbiótica nas lutas sociais pelos direitos, e no anúncio de novas possibilidades e projetos e de denúncia com vistas nas relações solidárias e nos objetivos comuns na perspectiva de apropriação deste como conceito que atende a expectativa da transformação da realidade. A assistência social o vê como princípio fundante no conhecimento da realidade territorial e deste modo elemento assegurador da efetivação das políticas públicas (WANDERLEY, 2006).

Koga, ao falar do território, além de considerá-lo na perspectiva colocada por Wanderley como espaço de lutas e disputas, o faz associando-o a exclusão que se alastra nas regiões metropolitanas onde as desigualdades sociais são gritantes e com abismos assustadores entre aqueles que vivem no mais elevado padrão econômico, e as pessoas excluídas nas periferias das cidades, estigmatizadas, a mercê do que a autora chama de urbanização perversa que no processo de concentração econômica acaba por definir quem e quais são os cidadãos, os incluídos, com direito e acesso aos bens e serviços, bem como reforçando a fragilidade daqueles que são colocados na situação de não cidadãos perdendo até mesmo a noção de sua condição e dignidade humana. É com vistas na alteração deste quadro desolador que a autora propõe:

O estudo do território na perspectiva das políticas sociais públicas torna-se um instrumento importante ao levar em conta os aspectos culturais, e as condições de sobrevivência, os sujeitos que fazem parte da multifacetada sociedade em questão. Este olhar a partir das condições concretas de vida das populações pode contribuir para ampliação da ótica sobre as situações de exclusão social e formas de combatê-las mais eficazmente. (KOGA, 2006).

Portanto, reitera a defesa de Wanderley (2006) de que o território é um espaço de vida, onde as relações e práticas cotidianas dos sujeitos acontecem. Sendo assim, um espaço de disputas, conflitos e contradições às quais os sujeitos atribuem um significado a partir de suas experiências, vivências, inter-relacionamento e valores atribuídos.

O olhar criterioso sobre as demandas oriundas dos municípios e regiões, é fundamental, pois é neste chão que o cidadão vive, se relaciona, desenvolve potencialidades e busca sanar as suas necessidades, nas relações entre público e privado, ou seja, "onde os homens se encontram" (KOGA, 2003).

Pensar o território brasileiro exige de nós a compreensão de que não nos referimos a uma massa hegemônica, pois há elementos diferenciadores em cada região e que devem ser considerados sob pena de comprometermos a veracidade da análise da realidade.

Não podemos afirmar, por exemplo, que o Nordeste é único, pois há diversidades em seu território, algumas áreas duramente castigadas pelo abandono, pela falta de recursos e preconceito e outras mais desenvolvidas social e economicamente, atendendo as necessidades dos cidadãos.

A divisão regional do país nos mostra um outro exemplo de avanços e limites entre o desenvolvimento territorial. De um lado temos o Sul e Sudeste como referências de crescimento e progresso e por outro lado temos o Norte e Nordeste com maiores dificuldades neste avanço. Muitas são as causas desta disparidade, porém a população sente esta diferença em seu cotidiano no alto índice de desemprego, na falta de saneamento básico, no sistema educacional que não contempla as necessidades e diversidades regionais das crianças e adolescentes, na agonizante saúde pública que não dá conta do atendimento da demanda populacional.

Tais elementos diferenciadores aplicam-se ao país como um todo, podemos não distinguir tão claramente os mesmos em cada região, porém um estudo mais apurado nos mostrará as contradições, diferenças locais e regionais e como estas têm grande impacto sobre a vida da população.

Mesmo em âmbito municipal as diferenças e desigualdades estão presentes, pois, há regiões mais urbanizadas e desenvolvidas em detrimento de outras que apresentam maior carência de investimentos de infra-estrutura e qualidade dos serviços disponíveis nas cidades havendo ainda variação na qualidade dos serviços prestados de um bairro para outro.

Koga (2003) aponta que em espaços em que a cidade é mais consolidada permanecem apenas os mais abastados, aqueles concebidos como cidadãos, os demais sujeitos são empurrados para outros espaços da cidade à medida que estas crescem. Nos bairros que se

formam os serviços, quando chegam, é de um modo precário e insuficiente para atender a demanda existente local.

É recorrente a situação de descaso e abandono em relação aos bairros afastados, que geralmente são os últimos a serem asfaltados, ou contar com saneamento básico, atendimento na área de saúde e educação com maior proximidade, entre outros serviços essenciais. Ao nos aprofundarmos sobre o processo de colonização da cidade de Maringá podemos constatar que os caminhos da colonização aqui não foram diferentes, pois na medida em que a cidade se desenvolvia e seu centro comercial expandia-se a população menos abastada ia sendo empurrada para a periferia da cidade, não importando se havia condições ou não de moradia e sobrevivência, exemplo este de inúmeros municípios brasileiros.

Direcionar um grande contingente populacional para as regiões periféricas das cidades tem sido uma prática comum na maior parte dos municípios brasileiros. Nestas novas áreas habitadas há uma visível necessidade de investimento das políticas públicas, pois o acesso aos bens, serviços e atendimentos que estão assegurados na legislação, por vezes não atinge este público, alijando-os da proteção social a qual têm direito.

A assistência social tem investido neste ponto, assegurando para que a população possa ser atendida condignamente, para tal é fundamental estruturas que proporcionem condições de atendimento, encaminhamentos e orientações. A PNAS/2004 aponta estes caminhos no traçado do SUAS - Sistema Único da Assistência Social que tem com o objetivo materializar a Loas. Esta materialização acontecerá através das unidades básicas de atendimento do Suas que serão estruturadas nos municípios brasileiros, são os CRAS - Centros de Referência da Assistência Social que terão o papel de articular a rede e prestar atendimento direto a população.

O CRAS - Centro de Referência da Assistência Social é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo um total de até mil famílias por ano. Sua função é executar os serviços de proteção social básica, organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais é responsável também pelo desenvolvimento do PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias (PNAS, 2004).

Os serviços de proteção social potencializam a família como unidade de referência, por meio do protagonismo de seus membros e da oferta de serviços locais, além de buscar a promoção e a integração ao mercado de trabalho. Tais serviços incluem: a) Programa de Atenção Integral às Famílias; b) programa de inclusão produtiva e projetos de

enfrentamento da pobreza; c) centros de convivência para idosos; d) serviços para crianças de 0 a 6 anos; e) serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos; programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. Os programas socioassistenciais realizados por meio dos CRAS - Centros de Referência da Assistência Social tornaram-se serviços de referência e a "porta de entrada" dos usuários dos usuários no Sistema Único de Assistência Social (PNAS, 2004).

Analisar as ações socioassistenciais dos programas com as famílias propicia avaliar a concretização da assistência social como política pública, ou seja, até que ponto ocorreu uma ruptura com as antigas práticas e possibilitou o acesso aos direitos, a efetivação da proteção social.

São muitos e de diferentes ordens os desafios a serem enfrentados no caminho da concretização das diretrizes do SUAS: a incorporação por parte da equipe, e das outras políticas, de uma concepção menos conservadora de família; a construção, no território, de um trabalho em rede, articulado com as famílias a partir da especificidade de cada política, no âmbito de um planejamento estratégico; o aprofundamento da discussão da concepção de trabalho sociofamiliar; a melhoria da infra-estrutura física dos CRAS, assim como dos recursos humanos; a mudança da dinâmica de trabalho nos CRAS.

Segundo Colin (2006) é imprescindível que o CRAS, além de ser a referência para o acesso aos serviços da Assistência social, seja também um elemento que faça a diferença no atendimento a população em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Se firmando como uma estratégia na construção do acesso e garantia aos direitos dos cidadãos e cidadãs que buscam romper com as relações perversas as quais estamos submetidos, com altos índices de desempregados, miseráveis, famintos, excluídos, enfim toda sorte de desigualdade que a concentração e má distribuição de renda pode causar a um povo.

Portanto o CRAS deve ser um equipamento articulador da rede de serviço tanto da assistência social como das demais políticas, num determinado território, sempre na perspectiva de uma ação preventiva dentro da proteção social básica do município de acordo com as orientações apresentadas nas NOBS - Normas Operacionais Básicas e na PNAS/2004.

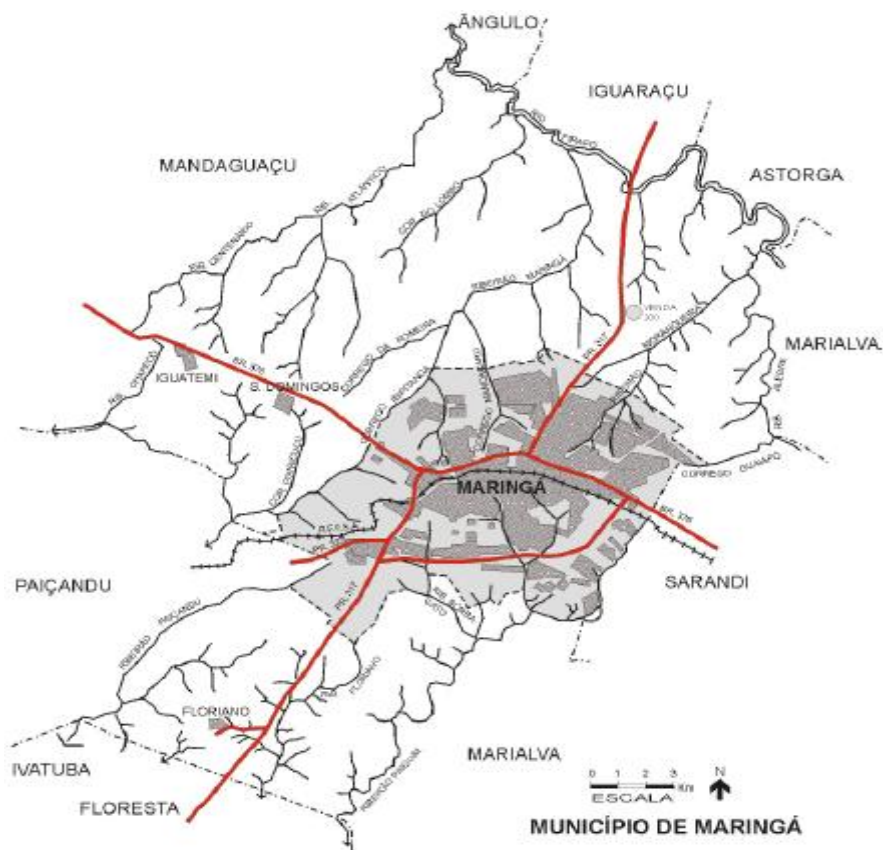
Nas páginas seguintes apresentaremos o caso específico da cidade de Maringá, que teve o seu nascimento programado, contando com elementos da mais moderna arquitetura da época e mesmo assim, não deixa de contar com mazelas sociais e problemas advindos da má-distribuição territorial e de renda.

b) Estado do Paraná



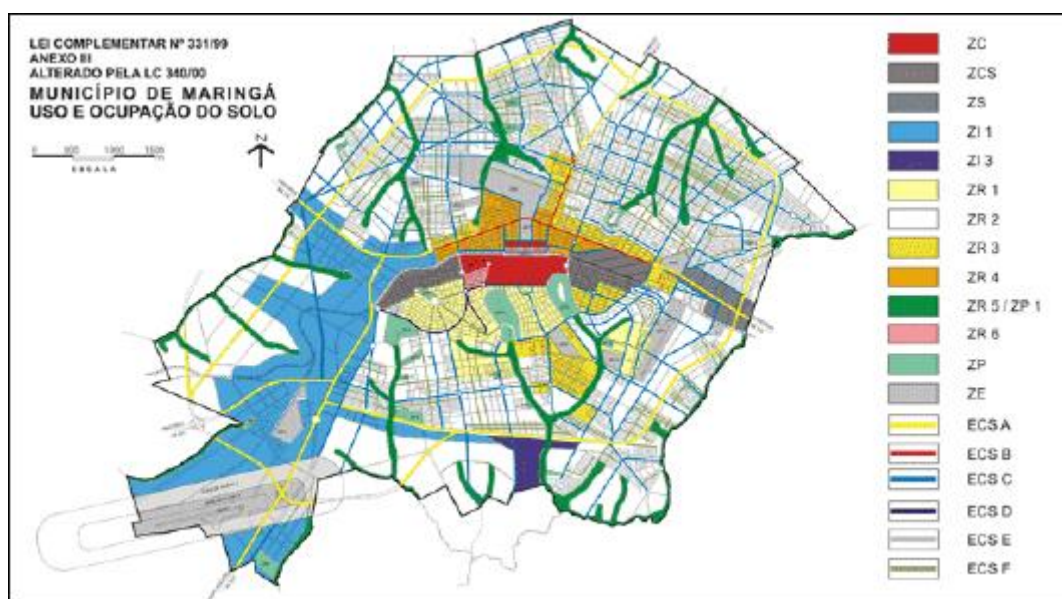
Fonte: webcarta.net/carta/geo.80k

c) Localização da cidade de Maringá e Região



Fonte: Prefeitura de Maringá

d) Município de Maringá



Fonte: Prefeitura de Maringá

Maringá é a terceira maior cidade do Estado do Paraná, localizada na região Norte do Estado, conta com uma população de 288.653 habitantes (IBGE/2000), destaca-se como pólo atacadista e varejista da região, sendo distribuidora de bens e prestadora de serviços.

Foi fundada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari. Em 1951, foi elevada a Município, tendo como distritos Iguatemi, Floriano e Ivatuba, que se desmembrou posteriormente. Foi elevada a categoria de Comarca em 1954.

A partir de 1998, tornou-se sede de região metropolitana, que integra também os municípios de Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu, Marialva, Mandaguari, Iguaraçu, Floresta, Ângulo e Ivatuba. Os municípios de Itambé e Doutor Camargo, também foram integrados a Região Metropolitana de Maringá.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M qualidade de vida da cidade é apontada como excelente a partir dos números apontados pelo IDH-M de 0,794, enquanto que os índices do Estado são de 0,760 e da União é de 0,743, bem como o Índice de Desenvolvimento Infantil - IDI que é de 0,713 em contrapartida ao do Estado que é de 0,594 (BARONI, 2004).

Partindo dos referenciais indicados por Luz (1999) podemos observar que o povoamento de Maringá não aconteceu de forma espontâneo-aleatória e sim, teve início a partir de ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP, que visando o desenvolvimento desta região do Estado do Paraná, em cujo seu investimento em terras para colonização era vultoso, escolheu uma área dentre suas propriedades cuja situação geográfica era favorável, composta por terra fértil, bem irrigada, com um entorno composto por vasta quantidade de terras cultiváveis que atraíam novos colonos que precisariam contar com um núcleo urbano que satisfizesse suas imediatas necessidades para erigir a cidade.

Alguns núcleos urbanos, como Apucarana, Cambé, Mandaguari e Arapongas já haviam surgido a partir da influência da CMNP e do crescimento da estrada de ferro, e buscavam atender a demanda emergente. Mesmo com a constituição destes núcleos urbanos havia a necessidade de uma cidade que concentrasse todos os serviços que a população que chegava à região precisava e que ao mesmo tempo impulsionasse o progresso e desenvolvimento agrícola.

Portanto a Companhia Melhoramento investiu na região central de sua reserva colonizadora, planejando um grande centro urbano que tivesse a capacidade de atender as novas demandas que estavam emergindo com o acelerado investimento na área agrícola.

A nova cidade dividiria com Londrina a liderança regional e se tornaria referência para toda a área ocidental da região. Deste modo os primeiros elementos para o surgimento de Maringá já estavam em curso. O nome Maringá dado à nova cidade derivou da canção de Joubert de Carvalho, muito em voga na época da colonização da região norte do Paraná, ele a compôs em 1931, e sua letra retrava as agonias vividas pelos nordestinos em relação à seca e a migração. E em função desta seca muitos migraram para outras regiões do país, sendo que um número significativo deste contingente populacional se instalou na região Norte do Paraná, respondendo positivamente a propaganda que a CMNP fazia no país todo com relação a esta nova área, desejando realizar o sonho de trabalho, fartura e condições para criar seus filhos.

Entre os migrantes a canção Maringá era bastante popular e por ocasião da definição do nome que seria dado a nova cidade em construção, Maringá (contração de Maria do Ingá) foi a o nome escolhido pelos diretores da CMNP. Mais tarde a cidade seria conhecida pela alcunha de Cidade Canção.

2.2 DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Enquanto aguardava-se o traçado da linha férrea para que o local definitivo da cidade fosse estabelecido, em 1942 inicia-se a povoação da cidade, na região posteriormente conhecida como Maringá Velho, os primeiros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços foram instalados com o intuito de atender a população rural circunvizinha, bem como os novos moradores que aqui chegavam oriundos de diferentes pontos do país. As diferenças de origem eram logo esquecidas para dar lugar ao sentimento de solidariedade, amizade e ajuda mútua, pois os primeiros tempos em uma região que ainda estava em desbravamento não eram fáceis para ninguém. Muitos adoeciam, enfrentavam dificuldades outras, porém o espírito de ajuda mútua estava sempre presente, segundo os pioneiros. Mesmo com dificuldades iniciais o povoado cresceu novos estabelecimentos comerciais surgiram, e até mesmo os primeiros grupos partidários já estavam presentes entre os pioneiros.

Em 10 de maio de 1947 a pedra fundamental da cidade foi lançada oficialmente, e sob a orientação de engenheiros e construtores indicados pela CMNP à cidade foi aos poucos surgindo a partir do planejamento inicial com ruas e avenidas largas, praças e áreas de preservação respeitando a arborização local. O povoamento inicial acontecia a partir do centro da cidade para os bairros que surgiriam anos mais tarde com o aumento da população. Sua emancipação só aconteceria em 1951.

Com o crescimento da cidade, aos poucos na região central ficaram apenas as lojas do comércio e os moradores mais abastados, pois os demais cidadãos foram se afastando para novas regiões da cidade em busca de territórios que seus recursos pudessem assegurar.

Nos novos bairros que foram se formando à escassez de serviços era evidente, sendo assim um número significativo da população maringaense convivia e, ainda hoje muitos convivem com a precariedade e insuficiência no atendimento as suas necessidades. Para o atendimento desta demanda é fundamental a estruturação dos serviços e programas previstos na PNAS/2004. Maringá, segundo dados contidos na PNAS/2004, é uma cidade de grande porte, sendo pólo de uma região composta por 13 municípios.

Como o processo de colonização e formação da cidade foi planejado para que esta fosse um grande e rico pólo de desenvolvimento, portanto a política de higienização sempre foi bastante forte neste município, o que garantiu a não formação de favelas em sua

extensão, pois a população com baixo poder aquisitivo foi sendo expulsa para as periferias da cidade até transferirem-se para as cidades circunvizinhas. Na década de 70 e 80 a política de higienização acompanhada da especulação imobiliária que ocorria foi responsável pelo grande contingente populacional que se transferiu para as cidades vizinhas, principalmente Sarandi e Paçandu, em busca da sobrevivência. Estas cidades dependem significativamente de Maringá no que concerne as políticas sociais (saúde, educação, assistência social, trabalho).

A dívida social de Maringá para com a Região Metropolitana, principalmente as cidades de Sarandi e Paçandu é bastante elevada. Com base nesta realidade, em 2001 ampliou-se o processo de discussão e implementação de ações regionalizadas para buscar superação das condições que se apresentam envolvendo principalmente estas três cidades no tocante ao atendimento das demandas populacionais. (BARONI, 2004). Ainda não há resultados conclusivos, porém este passo foi um avanço significativo na construção de uma política regional a qual Maringá tem grande responsabilidade por ser a cidade pólo.

Concomitante aos passos em direção a uma ação conjunta com região metropolitana, internamente, instalava-se uma discussão sobre o reordenamento da política de assistência social, bem como, o papel do órgão gestor desta política no município de Maringá. Este reordenamento possibilitou a estruturação das ações em eixos, buscando o rompimento de práticas assistencialistas visando o processo de inclusão de grupos em situação de risco social e pessoal e o fortalecimento dos vínculos relacionais e sócio-familiares, através dos eixos de Proteção Social Básica e Especial e Enfrentamento à Pobreza (VIDAL et al, 2004, p.15-20).

No início da gestão 2001-2004 a assistência social de Maringá estava composta por ações emergenciais e pontuais que não atendiam as necessidades da população. Após discussões, análises e avaliações dos serviços prestados, juntamente com a equipe de técnicos e profissionais que integravam o órgão gestor, foram realizadas alterações significativas nos programas socioassistenciais com objetivo de atender as famílias usuárias de forma integral em suas necessidades, através de novas ações implantadas e da implementação de outras já desenvolvidas e que precisavam ser readequadas a nova política nacional.

Em 2003, Maringá foi contemplada com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, este foi implantado em uma unidade governamental no Conjunto Requião (região Norte), integrando a equipe prevista pelo programa aos profissionais que já

atuavam nesta unidade, otimizando os recursos e qualificando as ações desenvolvidas com as famílias da região da cidade.

Em 2006, Maringá já contava com cinco unidades CRAS, sendo que uma delas foi implantada no Conjunto Habitacional Ney Braga, região oeste da cidade, que apresenta um índice significativo de famílias em situação de vulnerabilidade social (BARONI, 2004).

2.3 DESENVOLVIMENTO DOS BAIRROS

A cidade projetada inicialmente para até 200.000 habitantes, viveu um grande crescimento demográfico em sua primeira década de existência o crescimento demográfico que registrou 508,2% de expansão superando as expectativas da projeção estimada pelo urbanista Jorge Macedo Vieira. Com este novo elemento o crescimento de novos bairros na cidade era fato.

Neste contexto muitos dos atuais bairros surgiram para suprir a demanda por moradia que a população apresentava. Dentre eles destacamos o Jardim Alvorada, Vila Operária, Zona Sete no entorno da Universidade Estadual de Maringá bairros antigos onde inicialmente se concentravam os pioneiros cujo poder aquisitivo não assegurava espaço na região inicialmente desbravada e que figurava como centro da cidade, com o aumento do contingente populacional, outros bairros foram surgindo. No entanto a infra-estrutura estava muito aquém das necessidades apresentadas pelos novos moradores.

Na região Oeste da cidade, onde focaremos nossa pesquisa, houve o surgimento dos bairros a partir da década de 60, e a lógica seguida foi a que vigorava até então, ou seja, a população foi sendo empurrada para aquela região uma das áreas distante do centro da cidade, com valores imobiliários mais acessíveis e os bairros e vilas, mesmo com toda a carência e pobreza da região foram se consolidando.

Esta foi uma das primeiras áreas ocupadas fora do desenho original de Maringá, traçado pelo arquiteto carioca Jorge Macedo Vieira, e seu desenho definia a cidade em uma área que ia da Avenida Colombo (Zona norte) até a atual Avenida Perimetral Sul.

Atualmente o número de bairros que compõe esta região é bastante significativo no conjunto do município, contando com um comércio desenvolvido, bem como

com um conjunto de pequenas e micro fábricas que empregam boa parte da mão de obra disponível naquela região.

Encontramos bairros como Parque São Jorge/Mandacaru, Vila Vardelina, Vila Santa Isabel, Jardim Canadá, Jardim São Jorge, Jardim Montreal, Jardim Indaiá, Jardim Tropical, Jardim Hortência I e II, Jardim Paris I, II e II, Sanenge, Jardim Planville, Rebouças e Parque das Laranjeiras entre outros, distribuídos em um vasto espaço territorial. Logo, pensar o atendimento desta demanda populacional não é tarefa simples, pois requer um diagnóstico da realidade da região com profunda análise dos dados, levantando os problemas suas causas, seus desdobramentos, as possibilidades de superação, a rede de atendimento disponível para o atendimento da população nesta região, bem como a efetividade e eficiência da mesma e os desafios presentes para a efetivação das políticas públicas de fato.

Somente deste modo é que um verdadeiro trabalho em rede pode acontecer, pois caso contrário às ações visando atendimento da população poderá acontecer, porém de forma isolada com um grau de eficácia limitada uma vez que a população não esta sendo atendida em sua totalidade.

Em 2002 foi realizada uma pesquisa tendo como base todos os domicílios desta região, esta visava levantar dados da realidade socioeconômica da população com vista na implantação de serviço de contra turno escolar, para atingir tais objetivos alguns itens foram definidos como balizadores do processo:

- N°. de domicílios permanentes na região;
- propriedades alugadas, próprias;
- urbanas e rurais;
- esgoto/escoamento sanitário, abastecimento de água e luz, coleta de lixo;
- Bens de consumo disponíveis (eletrodomésticos; veículos; computadores; telefones);

A pesquisa obteve dados da realidade social, colhidos no segundo semestre de 2002, que indicavam: 74% das residências têm entre 3 e 6 moradores, sendo que 40% das famílias contam com renda familiar de R\$ 400,00 a 699, 00, 28% conta com uma renda de R\$ 200,00 a R\$ 399, 00, e 7% possui renda familiar inferior a R\$ 200,00.

Totalizam 59% as crianças e adolescentes que não têm atividade de contra turno, ou seja, ações complementares a escola. Quanto aos chefes de famílias, 59% têm o pai e 19% conta com a mãe. A escolaridade dos chefes de família chega a 10,35% os chefes que estudaram entre a primeira e a quarta série do Ensino Fundamental, 52% entre a quinta e

oitava série. O índice de desempregados chega a 14%, sendo que 29% trabalham autonomamente (ou estão no "mercado informal") sendo apenas 33% os que têm emprego fixo.

A região é composta por equipamentos governamentais e não-governamentais que prestam atendimento à população.

Programas serviços e projetos desenvolvidos na região Oeste/Noroeste de Maringá*

	GOVERNAMENTAL	
Nº.	SERVIÇO	DESCRIÇÃO
1	CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Área de abrangência - região oeste
1	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL	Atendimento a fraturados - demanda metropolitana e municipal
2	NIS – NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE	Jardim Ney Braga (odonto)
		NIS Mandacaru
1	CASA DO PSF – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	Programa Saúde da Família
1	PROGRAMA DO LEITE	Programa estadual de distribuição de leite
4	ESCOLAS MUNICIPAIS	Célestin Freinet; Dep. Federal Dr. Ulysses Guimarães; Jesuina de Jesus Freitas; Professora Lídia Ribeiro Dutra da Silva.
3	ESCOLA/COLÉGIO ESTADUAL	Silvio Magalhães Barros; Presidente Keneddy; Dirce Aguiar Maia.
5	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CEMEI Bárbara C. Netto Barros; CEMEI Dês. Zeferino Mozzato; CEMEI Nilza O. Pepino Krukoski; CEMEI Florestan Fernandes; CEMEI José Cláudio Pereira Neto; CEMEI Nice Braga;
1	CIACA – CENTRO INTEGRADO DE ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS	Apoio socioeducativo - 06 aos 14 anos
	NÃO GOVERNAMENTAL	
1	ASSISTÊNCIA JURÍDICA – FACULDADES NOBEL	Atende a população em geral

14	ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	Conjunto Athenas; Jardim Continental; Jardim Europa; Parque Hortência I e II; Jardim Kosmos; Parque laranjeiras; Jardim Montreal ; Conjunto Ney Braga; Jardim Olímpico; Jardim Paris I e II; Jardim Tropical I e II; Conjunto Thais; Vila Vardelina; Jardim Indaia ;
	LAR ESCOLA BOM SAMARITANO	Educação infantil e profissionalização;
1	PROJETO COLÉGIO SANTA CRUZ	Apoio socioeducativo – 06 a 17 anos
1	NÚCLEO SOCIAL PAPA JOÃO XXIII	Aquisição da casa própria e restauração dos vínculos familiares
1	CENTRO SOCIAL MARISTA IRMÃO BENO TOMASONI	Apoio socioeducativo – 06 a 17 anos e trabalho com famílias
1	AFIM-ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO FISSURADO LÁBIO PALATAL	Atendimento regional/municipal
1	AMAR – ASSOCIAÇÃO MARINGAENSE DE APOIO AO REUMÁTICO (idosos)	Atende a população geral de Maringá
1	PASTORAL DA CRIANÇA	Conjunto Ney Braga; Vila Santa Izabel;
1	OBRA DO BERÇO DE MARINGÁ	Atendimento às gestantes carentes da cidade toda
2	COOPERATIVAS	Reciclagem – Cooperpalmeiras ; bordados e artesanatos – COOMAB;
1	ASILO SÃO VICENTE DE PAULA	Atendimento asilar a 90 idosos

* estes são os equipamentos disponíveis nesta região da cidade que abrangem 10 bairros, com aproximadamente 9.784 habitantes, segundo dados do Atlas Geográfico de 2004.

Nessa região do município de Maringá, o trabalho com famílias, idoso, crianças e adolescentes é desenvolvido por organizações não governamentais e governamentais. São 44 serviços/instituições organizadas e cadastradas nos conselhos de referência em suas áreas, e destes, 21 são governamentais e 26 são não governamentais.

Mestriner (2001, p.45) faz uma análise de cada período histórico no Brasil, destacando a predominância diferentes tipos de Organizações Sociais com destaque para ações/organizações/regulações desde o período imperial, com a filantropia caritativa e

repressiva até o Estado Democrático pós Constituição de 1988, em uma relação historicamente construída de um Estado Subsidiário com assistência social.

A autora destaca que mesmo no período de regulamentação dos artigos propostos na Carta Constitucional de 1988 e com a expansão dos conselhos setoriais, organizações não governamentais, centros de defesa, organizações civis, ocorridos nos anos de 1990, o histórico dessa área ainda se mostra precário no que concerne aos serviços destinados às pessoas pobres no Brasil.

As instituições sociais no Brasil sempre adotaram uma linha que objetivava o atendimento caritativo e imediato, não buscando atuar e ou refletir sobre a causa destas misérias apresentadas, logo, não havia aprofundamento na promoção de melhores condições de vida para a população de baixa renda.

As medidas adotadas estavam no âmbito do imediatismo com distribuição de remédios, cestas básicas, roupas entre outros gêneros para a sobrevivência básica, sem, no entanto proporcionarem condições para que o indivíduo buscasse sua emancipação, trabalhando e sobrevivendo de seu próprio trabalho e esforço, sem precisar recorrer às ações caritativas.

Tais serviços em sua maioria, sempre foram prestados por organizações de cunho religioso cuja preocupação não estava centrada nas causas e sim em atenuar, ainda que precariamente os seus efeitos sobre a população empobrecida.

São estas instituições que ainda hoje suprem as lacunas não preenchidas que o Estado deixa no que tange ao atendimento da população. O atendimento destas organizações perpassa por toda sorte de atividades que abrange da distribuição de alimentos, roupas, remédios, formação profissionalizando até ajuda para aquisição de moradia, sem, no entanto, atuarem totalmente na perspectiva da Política Nacional de Assistência Social.

Sua preocupação primeira esta ligada ao atendimento prioritariamente de seus carismas de fundação, trazendo consigo seu conceito de assistência social, de família e de como a população deve ser atendida. Muitas têm buscado se aproximar cada vez mais de ações pautadas nas políticas sociais estabelecidas, no entanto este movimento ainda é relativamente tímido em muitos casos.

No entanto, o que é alentador é o fato de que há "sinais" indicando estes tempos de mudança no que tange a assistência social, e estes vêm sendo cada vez mais vistos pelas organizações não governamentais.

No caso específico da cidade de Maringá, podemos citar como exemplo, dentre as instituições que entrevistamos que 05 participam e acompanham as ações do

Conselho Municipal de Assistência Social, sendo que destas, 01 têm acento no COMAS, nesta gestão, enquanto 01 tem acento no Conselho Local de Saúde. Apenas a participação ou mesmo o acento no conselho, por si só, não significa que mudanças de grandes proporções acontecerão, porém são indícios de que a sociedade civil tem buscado compreender as políticas públicas, o que é uma forma de promover mudanças no atendimento por elas prestado.

2.4 INSTITUIÇÕES SELECIONADAS PARA PESQUISA DE CAMPO

Dentre as 45 instituições governamentais e não governamentais, programas, projetos e serviços presentes na região Oeste do município de Maringá, optamos por selecionar 10 dentre elas para entrevistarmos seus coordenadores. Ao selecionar os serviços, procuramos mesclar as instituições com maior tempo de existência, algo que delimitamos entre 10 e 30 anos de fundação e outras cujo período de fundação estava abaixo dos 10 anos. Dentre as instituições que se enquadravam no perfil definido selecionamos com base no conhecimento prévio da autora aquelas que apresentaremos nesta pesquisa. Umhas estão mais próximas das outras fisicamente, porém há aquelas que a distancia física contribui para seu isolamento no território, porém todas se encontram organizadas dentro da área de abrangência do CRAS.

Inicialmente levantamos toda a prestação de serviço que é realizada por estas, público alvo e área de abrangência. Das áreas de atendimento criança e adolescente, idoso, família, pessoa com deficiência, geração de trabalho e renda, selecionamos uma de acordo com o tipo de serviço prestado, todas em consonância com a Proteção Social Básica, estão divididas na área da saúde, educação e assistência social.

- **Afim-Associação de Apoio Ao Fissurado Lábio Palatal** (tem ligação com a assistência de onde recebe recursos, porém sua ação esta vinculada á Saúde) - Atendimento regional/municipal - atende pessoas com fissura lábio palatal, independente da faixa etária, condição social e gênero. Encaminhando-as para atendimento especializado que inicialmente era oferecido somente na cidade de Bauru SP, porém hoje este já pode ser encontrado também em Curitiba. A instituição oferece serviços de acompanhamento no período pré e pós-cirúrgico, com profissionais das áreas do serviço social, odontologia, pedagogia, fonoaudiologia, psicologia, clinica geral entre outros. Há uma diretoria

estruturada, e a manutenção da instituição acontece através de doações que recebem da comunidade, promoções sociais e convenio técnico financeiro com a PMM através da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maringá. A presidência do COMAS está sob a responsabilidade da representante desta instituição, sendo que seu mandato se encerra em dezembro próximo.

- **Asilo São Vicente de Paula** - 25 anos de fundação, (está vinculado à assistência social, recebe verbas desta política para o desenvolvimento das ações) - atendimento asilar/moradia para idosos sem referencias familiares - Presta atendimento em regime de moradia para idosos sem vínculos familiares. Atualmente atende 90 idosos. Estão ligados aos Vicentinos, que atuam para manutenção da instituição através de promoções sociais e trabalho voluntário. Nos últimos 3 anos a instituição têm procurado profissionalizar o trabalho, deixando para trás o atendimento prestado apenas por voluntários ou por pessoas sem formação para área.

- **Associações de Moradores (2) - Jardim Montreal e Indaiá** - associação tem 8 anos de existência formal (tem ligações com assistência social, através de programas e projetos, porém tem uma estreita relação com saúde, educação e meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento dos bairros), segundo seu presidente a mesma estava nas mãos de políticos que a utilizavam com fins eleitoreiros, porém no final de 2006 a população do bairro se mobilizou e montou uma chapa para concorrer a presidência da associação e conseguiram tira-la das mãos de políticos profissionais. Hoje a associação representa a comunidade em suas necessidades e conta com uma maior participação da comunidade em suas discussões.

- **Centro de Educação Infantil** - Tem 05 anos de funcionamento, foi inaugurado em 2004, contando com as adequações arquitetônicas definidas pela Política Nacional de Educação. CEMEI José Cláudio Pereira Neto (atua dentro das diretrizes da educação) - Unidade governamental, esta sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação de Maringá. Atende aproximadamente 200 crianças entre 0 e 5 anos de idade em período integral, para o ingresso de crianças na unidade de atendimento há critérios a serem seguidos, dentre eles ainda permanece o fato de que a mãe trabalhar fora é condição fundamental para a vaga.

- **Cooperativas - Cooperpalmeiras** - Estruturada em 2001, tem 8 anos de funcionamento, tem vinculo com assistência social, pois seu inicio e processo de incubação ocorreu quando esta política respondia pela economia solidária no município. Atualmente mantém um contato escasso com esta e sua maior proximidade é com a Secretaria do meio

Ambiente. Congrega 20 famílias que trabalham com reciclagem. Sua coordenação esta sob a responsabilidade de uma das mulheres que atuou no movimento para fundá-la. Atualmente estão pleiteando recursos do governo Estadual e Federal para investir em equipamentos para "industrialização" do lixo reciclado, pois deste modo agregam valores ao mesmo.

- **CRAS - Cento de Referência da Assistência Social (Ney Braga)** – 03 anos de funcionamento, foi inaugurado em maio de 2006. Unidade Governamental, estruturada de acordo com as diretrizes da Política de Assistência Social - Sua área de abrangência é a região oeste do município de Maringá, conta atualmente com 11 grupos desenvolvendo atividades.

- **Escola Municipal** - A escola tem 18 anos de funcionamento, e neste período passou por 02 reformas e 01 ampliação, na última reforma em 2006 houve adaptações do prédio para acessibilidade. Unidade Governamental. Está sob a coordenação da Secretaria de Educação do Município de Maringá. Oferece atendimento a crianças e adolescentes do pré-escolar até a 4ª série primária.

- **Lar Escola Bom Samaritano** - Tem um trabalho a 30 anos na educação infantil e profissionalização. Instituição não governamental. Atua dentro das diretrizes da educação no que tange a educação infantil, e esta ligada a assistência social no tocante a profissionalização das famílias usuárias dos serviços. Até 2007, recebia recursos da assistência social para manutenção total das ações. Com a mudança na legislação, o atendimento às crianças (0 a 05 anos) passou para a secretaria de educação, e precisa seguir as normativas desta política, o que fez com que a diretoria da ONG optasse por encerrar seu trabalho nesta região a partir de 2009; entregarão o prédio para a secretaria de educação do município para que esta continue com o atendimento.

- **Núcleo Papa João XXIII** - A instituição tem 30 anos e atua dentro da política de assistência social. É coordenada por congregação religiosa feminina. Seu objetivo é resgatar os vínculos familiares e auxiliar na aquisição da casa própria em um período de 5 anos, quando a instituição oferece moradia, e outros auxílios para que a família possa se reestruturar financeiramente e poupar parte de seu salário para a aquisição da moradia, o valor indicado para poupança é de 30% dos vencimentos. Há ajuda por parte de padrinhos, que são empresários auxiliando nesta poupança na maior parte dos casos. O programa tem capacidade para atender 70 famílias.

3 O TRABALHO EM REDE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS AÇÕES COTIDIANAS

10 ENTREVISTADOS (roteiro de entrevista - anexo B)

04 – Governamental

06 - Não-governamental

1) Laura - governamental

2) Amélia - governamental e não governamental

3) Irma - não governamental

4) Janete - governamental

5) Marta - governamental

6) Neli (02 membros da organização Sara e Beatriz) - não governamental

7) Tomás - não governamental. (representa 2 organizações)

8) Verônica - governamental

9) Janaína - não governamental

10) Horácio - não governamental

A análise das entrevistas esta organizada a partir do eixo: compreensão do trabalho em rede, as dificuldades, os desafios e as ações cotidianas. O desenvolvimento da análise de forma contínua, que ora segue, assegura a fluidez da narrativa proposta pelo trabalho, não segmentando em tópicos é possível uma construção dialogada a partir das entrevistas e dos textos teóricos que fundamentam a discussão.

O trabalho em rede para os entrevistados é a perspectiva de um trabalho solidário e conjunto que possa fortalecer as ações desenvolvidas pelas instituições, este pensamento foi verbalizado pela maior parte dos entrevistados. A linha de raciocínio é traçada a partir da vivência institucional de cada um, portanto não é difícil encontrar pensamentos que estão ligados diretamente aos benefícios imediatos que a instituição receberá quando atuar em rede. Quando questionada sobre sua compreensão do trabalho em rede, Irma, por exemplo, diz que:

Acho que o trabalho em rede tem a conotação de ajuda de outras pessoas. Acho que o trabalho em rede no mesmo sentido de ter uma experiência é passar e receber... Experiências que são singulares ao que você realiza, daquelas indústrias, daquele trabalho que é próximo do seu. E aí você pode somar aquilo que você faz com o que os outros fazem, nesta direção.

Esta frase de Irma está no contexto sobre as relações que acontecem entre a instituição e o mundo que a cerca. Ela pensa na rede como sendo a atuação de empresas ou outras ONGS, no sentido de potencializar seu trabalho. A rede deve, precisa potencializar o trabalho dos envolvidos, no entanto, não pode ser uma ação unilateral, onde há um difusor e um receptor, pois deste modo esta relação não pode ser chamada de rede na perspectiva pontuada na PNAS/2004, que destaca o que é trabalho em rede com base no território como um dos caminhos para a superação da fragmentação na política de assistência social. Segundo o texto da política é imprescindível ir além da simples adesão, é necessário o rompimento de velhas práticas e paradigmas que apenas contribuem para a construção de obstáculos que dificultam a integração e articulação da rede (PNAS, 2004, p.38). A entrevistada Verônica expressa sua compreensão sobre o trabalho em rede como:

Trabalhar em rede é esta articulação mesmo. Ter este contato, esta proximidade, conhecer o trabalho que é feito pelas outras entidades que desenvolvem os serviços e aí a gente fazer esta ponte com eles, e as famílias serem atendidas. E a gente conseguir viabilizar que as famílias participem de outros programas.

Quando Verônica aponta estas questões ela faz eco à concepção de Rodrigues (2006) que defini a ação em rede como um entrelaçamento de fios, uma espécie de teia que unidos se fortalecem num trabalho articulado, estratégico, com intercâmbio e troca de idéias na implementação de ações conjuntas que possibilitem reduzir a fragmentação dos serviços prestados por estas, mas sem uniformização dos serviços sempre na perspectiva da excelência na execução destes.

Para Janaína o trabalho em rede precisa acontecer para dar conta da demanda, que caso contrário não será atendido, vez que as instituições não dão conta do todo, e precisam se articular para que respostas positivas sejam proporcionadas à demanda posta e a entrevistada comenta:

O trabalho em rede penso que é o caminho da gente conseguir um trabalho diferenciado, porque aquilo que você não pode fazer você indica outro que faz e vice e versa. Eu acho que esta construção ainda esta lenta, devagar, porém penso que quando conseguirmos de fato efetivar, ou melhor, concretizar mesmo é a solução, pois de modo independente, individualmente o trabalho fica fragmentado. Porque você não tem condições de dar conta do todo. E nem a sua entidade.

É preciso existir maior compreensão sobre o trabalho estruturado em rede para que não fique a impressão de que este funcionaria apenas como uma alternativa para respostas imediatas aos problemas vivenciados no dia a dia, pois quando o tema é tratado apenas sob este prima ele pode ficar reduzido a uma visão rasa, sem uma perspectiva inicial de aprofundamento, o que seria mais um empecilho para a sua efetivação.

Para Whitaker (2001) a rede é uma construção entrelaçada, uma forma de organização de pessoas ou entidades trabalhando juntas, encampando elementos imprescindíveis para este tipo de atuação, tais como a divisão de responsabilidades, funções, a definição de regras e decisões conjuntas, bem como o planejamento conjunto, que segundo ele, são inerentes ao processo de construção da rede, logo, é imprescindível haver um processo de aproximação entre as instituições para pensar coletivamente sobre a demanda posta.

Os entrevistados apresentam um discurso e mesmo uma atuação incipiente, não conseguiram ampliar seu campo de visão para compreender que atuar em rede, não significa apenas uma união pontual para soluções imediatas, mas sim, uma construção coletiva que deve ser pautada em uma ligação das políticas sociais a partir da rede como construção conjunta em favor da qualidade e quantidade dos serviços ofertados democraticamente aos cidadãos.

A rede deve acontecer pautada também na presença do Estado como referência global para a consolidação da assistência social como política pública, o que se tornou um grande desafio no processo de implantação do SUAS. Ao Estado cabe o papel de articulador no processo de integralidade do atendimento no território, assegurando que todos os agentes que integram esta política terão espaço para discutir as questões que concernem à vida da população no território PNAS (2004, p.41).

Esta é sem dúvida uma construção nova que ainda deixa muitas dúvidas nos agentes sociais, fato que contribui significativamente para a morosidade nesta efetivação. Um dos caminhos a ser trilhado no sentido de romper com esta dificuldade é o investimento na

formação e capacitação dos agentes sociais para que compreendam teoricamente o processo em pauta, bem como possam vislumbrar a sua aplicabilidade no cotidiano. Neste sentido a maioria os entrevistados falou que tem participado de seminários, formações, congressos, capacitações sobre as políticas públicas, no entanto é preciso ainda, que aja um maior avanço nas formações englobando laboratórios, simulações de situações reais, pois os conceitos ainda não estão claros para muitos, sendo a sua aplicação no cotidiano um encaminhamento distante daquilo que é necessário.

Mesmo com esta não clareza, as falas dos entrevistados convergem para um mesmo caminho, a ausência do Estado neste processo aglutinador para uma perspectiva de rede, esta questão é apresentada recorrentemente por eles, afirmam que é preciso algo ou alguém que faça a ligação para um trabalho em rede no território e que não sentem a atuação governamental neste processo.

Esta necessidade esta presente no cotidiano institucional, porém os agentes sociais não conseguiram ainda visualizar quem ou o que seria este elo, acreditam que é algo que virá de fora para dentro, não se colocam como uma possibilidade para fomentar inicialmente o processo. Não se vêem como atores construindo esta relação mesmo que alguns já tenham dado os primeiros passos neste sentido, como é o caso de Horácio que relata experiências anteriores mostrando-se saudosos deste processo, porém sem forças agora para reativá-lo.

Nós iniciamos este processo de abertura na gestão passada, com apoio da secretaria de assistência social, e hoje estamos mais tranquilos para uma abertura maior, porém outras instituições ainda têm medo de fazer isto. Na gestão passada, fizemos muitas reuniões nas entidades para conhecimento mútuo, porém este trabalho morreu. Nesta região temos contato com uma entidade que trabalha a questão de moradia, nos conhecemos, visitamos e trocamos experiências.

Ao relatar esta experiência faz uma projeção se questionando como seria este trabalho estruturado em Maringá:

Já pensou se em Maringá todos estivessem ligados assim? Seria muito bom, pois aí a rede poderia acontecer com um ajudando o outro e trocando experiências. O que impede este passo é também o orgulho, o medo das entidades em compartilhar aquilo que fazem, e também deste modo ser avaliadas pelos demais.

Mesmo com esta projeção e vislumbrando um futuro de proximidade maior, apontando em sua fala que muitas instituições temem este procedimento, a sua instituição venceu a primeira etapa e mesmo em pequena escala tem procurado se ligar a outras, no entanto sua fala revela que ainda espera que alguém dê o primeiro passo para fazer esta ligação entre a rede.

Eu acho que deveria haver por parte de quem comanda a ação social do município, da comunidade, uma atividade maior, fazer reuniões. [...] Lembra que na gestão de vocês, nós começamos a fazer reuniões nas entidades para a gente se conhecer? Lembra? [...] Isto acabou tudo. Morreu ali. Não sei se por parte de lá ou por parte daqui. Acho que os dois lados são culpados. O lado que comanda, e nós que somos comandados. [...] Falta muito para a gente se conhecer, saber o que esta sendo feito. [...] Saber como faz como não faz as coisas.

De acordo com a PNAS/2004 o CRAS deve ser no território, este elemento de referência para a rede, pois seu papel é de orientar e fortalecer o convívio sócio-familiar no contexto comunitário, garantindo as informações necessárias sobre a rede de serviços socioassistenciais que existem em sua área de abrangência, sendo também de sua responsabilidade a sistematização e divulgação de indicadores sociais e urbanos de sua área para que seja possível a conexão com os demais territórios. É o CRAS que deve articular os serviços de Proteção Social Básica com as demais políticas públicas no território, visando assim à superação das situações identificadas.

Há significativas barreiras a serem enfrentadas ainda, neste processo de apropriação do CRAS sobre seu real papel no território, pois as instituições não sentem que este é o caminho, até porque em sua maioria não conhecem/reconhecem este órgão como sendo a presença do Estado no território, até mesmo porque nesta área de abrangência o trabalho é ainda bastante tímido não tendo alcançado a maior parte das instituições. Nas respostas dos entrevistados temos esta confirmação.

CRAS? Não tivemos contato com eles não, Nem conheço. Nem sei onde estão localizados (Laura)

Não conhecemos o CRAS, nunca ouvi falar, eu não diferencio o que é cada órgão de outros setores, quando precisamos de atendimento corremos atrás, mas não sabemos bem os nomes. Mais este pessoal aqui que você esta falando não conheço. (Janete)

Com relação ao CRAS, que é até nosso vizinho, não temos contato, é muito raro acontecer algum contato. Eles estão lá, nos estamos aqui. (Horácio)

Portanto construir esta relação de proximidade, de trabalho conjunto é um desafio para o CRAS, que ainda percorrerá um grande caminho neste território, pois mesmo os profissionais envolvidos e responsáveis pela execução dos serviços ainda apresentam dúvidas na condução do processo e naquilo que deve ser desenvolvido, e isto se evidencia quando as entrevistadas Marta e Verônica afirmam:

[...] Aí a nossa obrigação era conhecer os serviços e recursos que existiam no nosso território para depois termos articulação... A gente tem feito grupos de estudos entre os CRAS para conhecer este novo molde, pois temos que construir isso. (Verônica)

Temos contato com algumas instituições e com outras bem menos, pois é conforme os encaminhamentos daqui do momento. (Verônica)

Estamos catalogando as instituições que estão sendo visitadas. Mais isto ocorre na medida das necessidades. Não temos esta clareza ainda, principalmente no CRAS Ney Braga que é mais novo. Ainda estamos nos conhecendo para depois conhecermos a rede que existe naquela região. Pois não dá para fazer um trabalho sem nos conhecermos.

(Marta)

[...] Então a cada necessidade que surge eles começam a fazer contato com as instituições... A cada contato é feita uma ponte na medida em que as coisas vão sendo necessárias. (Marta)

As palavras expressas aqui, propõe uma importante reflexão, pois mostra claramente que há muito que se investir na, digamos, tradução, no detalhamento do texto da política no que se refere à atuação do CRAS, passando pela decodificação do significado de rede e de território, que ainda não existe em sua totalidade entre os profissionais e os executores da política de assistência social.

Não se pode tratar este problema apenas como falta de vontade dos profissionais, mas sim, ir além, compreender que ainda existe um vácuo entre os textos teóricos, mesmo aqueles que foram decodificados através das NOBS, e a atuação prática no dia a dia, não é simplesmente uma dicotomia entre teoria e prática, os profissionais precisam de investimento em formações para que possam compreender a operacionalização da política. A construção é lenta, a assistência social está se firmando como política pública, rompendo com uma longa tradição de benemerência, e isto demanda tempo, formação, muito estudo e uma gestão democrática com vistas na garantia dos direitos dos cidadãos.

Neste processo importantes passos foram dados, o que assegurou a estruturação do Sistema Único da Assistência Social-SUAS que hoje é uma realidade, apresentando um quadro que requer a incorporação das discussões suscitadas ao longo do

caminho, bem como uma prática profissional pautada nos novos paradigmas nas mais diversas instâncias.

Sem dúvida as universidades terão papel fundamental neste processo, pois são formadoras de opinião por excelência, formam os pensadores e executores da política, o que é de suma importância, pois assegurará a incorporação deste novo paradigma nos meios acadêmicos. Este processo já teve início, porém há muito que se investir até que o chamado novo paradigma seja o atual modo de atuação profissional. É mister que os profissionais que ingressarem no mercado de trabalho tenham a clareza da construção da política, seus novos mecanismos e diretrizes.

Investir na formação acadêmica pautada nestes parâmetros é uma das possibilidades para vencer o vácuo que ainda existe entre o texto da política e sua efetivação na prática profissional, ou seja, a mudança deverá acontecer de forma gradativa, porém constante e firme aliada ao processo de formação continuada dos agentes sociais que atuam diretamente na execução das ações, esta somatória de forças possibilitará um avanço com maior segurança em direção a construção e efetivação desta política pública.

Os/as entrevistados/as deixam claro em suas falas que acreditam que as organizações não governamentais têm um papel importantíssimo junto à assistência social, pois prestam um serviço, que sem seu apoio seria muito difícil acontecer por iniciativa governamental, seja por falta de recursos, conhecimentos, interesse político ou outros. A entrevistada Janaína aponta isto em sua fala quando se refere ao trabalho realizado por sua instituição:

Em Maringá a saúde tem como referência a própria AFIM para atendimento ao fissurado, e acaba por encaminhar as pessoas diretamente para nós, pois mantemos contato com o hospital que faz a cirurgia em Bauru e agora em Curitiba.

Nós tivemos alguns casos que enviamos para o município (saúde), mas o que acontece, como tem a instituição o município retorna para nós o atendimento, pois todos sabem que prestamos serviços nestas áreas.

Afirma também que por serem referência neste tipo de atendimento outras cidades da região fazem encaminhamento direto e imediato a ocorrência do problema de saúde:

De determinados atendimentos específicos na área de saúde nós somos referência. Os próprios hospitais encaminham para a instituição. Cidades como Campo Mourão, Mamborê e outras, a mãe quando esta muito chocada já sai do hospital e vem direto para Afim, com a própria ambulância do município.

Assim, também Horácio fala do trabalho realizado pela instituição, e dos espaços disponibilizados, evidencia as áreas cobertas por serviços de sua ONG, e que não há similar em âmbito governamental, como no caso de leito para tratamento fora do domicílio.

Hoje oferecemos apenas serviços de internamento de idosos, o centro dia que funcionava aqui, hoje foi transferido para outro espaço gerenciado pela prefeitura. Nós temos apenas idosos em regime de moradia, e disponibilizamos 02 leitos para aqueles que estão em tratamento de saúde fora do domicílio, este espaço é aberto ao público através de ações dos Vicentinos.

É possível compreender a dimensão que as ongs tomam no município, no atendimento direto a demanda de áreas diversificadas que não tem cobertura governamental a partir de suas falas. É fato que estas mesmas ongs reconhecessem o seu valor junto à sociedade no que tange ao atendimento e por vezes utilizam este ponto como elemento de pressão nos momentos de revisão de valores de convênios financeiros, ou mesmo no processo de adequação de seus espaços as normativas das políticas públicas.

No decorrer das entrevistas alguns demonstram conhecimento das diretrizes da política de assistência social mais detalhadamente, o que possibilita um desenvolvimento das ações numa linha que se distancia da benemerência, do merecimento por parte do público atendido, e aproxima o trabalho à política de direito do cidadão. Em sua fala Verônica, aponta que alguns passos precisam ser dados neste sentido e dentre eles destacada o que o CRAS vem fazendo neste sentido:

Outra melhoria também que esta nos animando é a troca das cotas de alimentos por cupons. Aqui não é mercado, não dá para as pessoas saírem daqui carregando alimentos, é constrangedor as pessoas com alimentos em carrinhos de feira. Estamos bastante animados. [...] Vai parar esta história de entrega de alimentos. Vai parar este vinculo que as pessoas fazem deste espaço como sendo para entrega de alimentação. Isto é mais digno no atendimento aos usuários.

Fala também sobre os aspectos que podem auxiliar nas respostas apontadas pela política de assistência, o conhecimento da realidade, o concreto e palpável do cotidiano que pode significar muito no momento da elaboração das ações.

Então, a gente também está aguardando um diagnóstico que não foi feito. É função do CRAS. Pensa em um diagnóstico no município de Maringá. É um trabalho imenso. Um diagnóstico social. Tentamos muito e agora parece que conseguimos, está sendo feita uma licitação para este fim. É uma exigência da Gestão Plena da Assistência.

Embora de modo geral os entrevistados tendam a desejar um trabalho em rede, à compreensão dos caminhos que este deverá percorrer difere entre o que pensa as ongs e o que pensa os órgãos governamentais, pois enquanto Verônica, falando pelo CRAS, afirma que aguardam um diagnóstico para elaborar ações conjuntas, para pensar para além de seus muros. As ongs têm se movimentado, mesmo que timidamente no sentido de pensarem juntas algumas alternativas e possibilidades em situações específicas.

Em sua fala Janaína resgata o trabalho em parceria com a área da saúde que estão realizando através do Hospital Universitário, destacando que isto é um trabalho em rede, previsto na política de assistência social e de fundamental importância no desenvolvimento das ações da instituição.

Nós estamos integrando um projeto de humanização no atendimento, que é coordenado pela secretaria de saúde, e envolve várias instituições como HU, postos de saúde desta região e de toda a cidade, podemos chamar isto de trabalho em rede, pois trocamos experiências sobre nossas ações e dificuldades, estudamos e propomos algumas estratégias.

Tomás também demonstra se preocupar muito com a forma que as políticas sociais tomam no processo de operacionalização, e tem trabalhado junto aos conselhos e organizações para que estas não se percam em meio a ações desencontradas e sem eficácia.

Acredito que o trabalho em rede deve acontecer através das políticas públicas que devem ser permanentes (de Estado) para que não mudem em cada período eleitoral. Quando as coisas acontecem somente porque aquele prefeito, governador ou presidente estão ali e depois tudo é jogado fora e temos que iniciar outros processos, fica difícil a sobrevivência.

Por isso que quando estou no conselho local de saúde também discuto bastante esta situação, sempre falo que temos que ter políticas de Estado para não sermos prejudicados com as mudanças eleitorais.

Outra preocupação do entrevistado é com relação à formação de novas lideranças, pois é ela que vai assegurar a continuidade do trabalho, portanto sempre que possível o trabalho é realizado na perspectiva desta formação, pois para ele e outros membros da associação é preciso que todos saibam sobre o que se fala e façam uma reflexão sobre as questões postas, pois assim as idéias não se perdem e todos podem compreender o que se fala e defender seu ponto de vista.

Alguns entrevistados demonstram certo conhecimento sobre o papel das políticas públicas, outros apresentam discursos com menos informações, e mesmo afirmando que desejam a construção de um trabalho em rede, tendem a se mostrar impotentes ou sem conhecimentos para realizar tais ações. Não se colocam como protagonistas nesta ação, se confundem naquilo que pensam e naquilo que realizam de fato, porém o pano de fundo é sempre o mesmo, todos desejam uma mudança, um trabalho mais próximo do outro, todavia ainda não sabem como fazer, ou quem vai dar o primeiro passo.

Um exemplo desta contradição apresentada é o entrevistado Horácio, que demonstrou, ao longo de sua entrevista, conhecer a PNAS/2004, trabalhou sob esta égide como conselheiro por 02 gestões no COMAS, sendo presidente deste Conselho, e apresenta um sentimento contraditório em relação a sua vivência:

"Eu acho que deveria haver por parte de quem comanda a ação social do município, da comunidade, uma atividade maior, fazer reuniões."

Ele sabe que é preciso sentar junto, planejar, pensar junto para que as ações sejam eficazes, e que isto não é privilégio de um ou outro predestinado e sim um compromisso de todos os atores envolvidos na política social, porém afirma que quem comanda a ação social no município deverá adotar uma postura, deste modo se exime como ator social desta responsabilidade. Lembra que um dos pontos que defendia quando estava no conselho era a organização de um trabalho mais próximo entre as instituições:

[...] desde que eu estava no Conselho a gente escuta esta discussão. Às vezes estamos trabalhando sem se preocupar com as outras entidades que prestam serviços e que estão pertinho de nós. [...] Houve um tempo que a gente se planejou para fazer um entrelaçamento entre as entidades, principalmente nós, aqui, pois temos 3 ou 4 entidades tudo vizinha aqui encostadinha... [...] Temos as instituições, nós devíamos fechar juntos, fazer reuniões. Pois é gostoso, a gente se conhecer. Como presidente do conselho de Assistência, quantas vezes trouxemos as reuniões para as entidades, pois assim os conselheiros poderiam conhecer as entidades. Isso eu acho que era bastante importante.

Mesmo não compreendendo que poderia iniciar este processo de aproximação que tanto almeja, ele aponta algumas possibilidades, em sua opinião deveria haver um movimento no sentido de organizar as instituições para conhecerem o trabalho uma das outras, trocar experiências, elaborar ações que contribuam para o desenvolvimento da política de assistência social.

Este entendimento é o mesmo demonstrado por Tomás, quando se refere ao fechamento em si mesmas que estão vivendo algumas instituições.

Como presidente de associação de bairro e conselheiro local de saúde procuro conversar com todas as instituições da região, porém nem sempre estas estão disponíveis para trabalhar em conjunto, ficam muito fechadas, parece até que elas têm medo de falar com a gente, e olha que muitas pessoas dos bairros usam os serviços delas como das escolas, creches, posto de saúde.

Janete também fala do fechamento em si mesmas que muitas instituições vivem, porém ela demonstra que é possível vencer este isolamento, e acredita que a ação de cada um que esta a frente destas instituições fará a diferença, é o que ela tem buscado fazer, mesmo que de maneira um pouco isolada ainda.

[...] A comunidade escolar não é apenas a escola. Tem todos os bairros que compõe esta região e que seus moradores, outras instituições interferem nas ações na escola, e precisam ser ouvidos.

Portanto não dá para ficarmos isolados. Fazemos um trabalho aqui pensando no município, no estado, no país, e a educação que desenvolvemos tem que preparar nossos alunos para esta convivência, para a cidadania, e temos que pensar em uma coisa maior.

Ela dá exemplos de como é possível trabalhar numa perspectiva mais ampla que envolva as organizações que estão na área próxima, mostra-se bastante otimista em iniciar algo que ainda não sabe como vai ficar, porém sente que é importante dar o primeiro passo, e para tal mobiliza professores, alunos, família, enfim todos os atores sociais para que juntos possam estruturar as ações.

O que Janete apresenta aqui é a busca por um trabalho que não deixe a instituição isolada, ela não sabe dizer se isto é um trabalho em rede, pois segundo afirma nunca participou de uma discussão sobre esta temática, no entanto, na prática cotidiana o que se vê é um esforço significativo para trabalhar em conjunto. O que ela faz pode ser descrito por Whitaker (2001) como as pequenas redes que estabelecemos no cotidiano visando à continuidade da vida, a solidariedade e o fortalecimento mútuo.

Villassante (2002, p.92) vê estas relações mais próximas como rede, as quais ele chama de múltiplas redes de lutas populares e estratégias de enfrentamento às políticas neoliberais, e que possibilitarão uma construção e participação da realidade por parte dos indivíduos, mesmo que não se tenha a dimensão total da rede que propiciará o enfrentamento das nefastas ações que presenciamos na sociedade.

E mesmo sem o saber objetivamente de acordo com o que diz os textos teóricos, Janete tem buscado esta forma de trabalho para assegurar o enfrentamento das mazelas sociais, pois tem mobilizado os recursos e os atores sociais próximos da Escola para a construção de uma relação que ultrapasse a linguagem do ensino regular e que incida nas relações comunitárias.

Eu não tenho conhecimento sobre esta discussão, mas na verdade a gente vive a prática dela. Quando falamos em rede municipal de educação, não podemos nos separar de outros grupos, pois na nossa escola temos a presença do pessoal da saúde que desenvolvem trabalho junto às crianças e famílias, temos o núcleo Papa João XXIII que mantemos contato. Temos o CEMEI aqui perto e nos falamos constantemente. Nós nunca fomos convidados para discutirmos este tema, porém vivenciamos isto no dia a dia, praticamos nas ações que desenvolvemos.

Partindo destes referenciais ela vai apresentando um relato de iniciativas próprias, independentes da secretaria de educação, no sentido de tecer uma rede no entorno da Escola, tornando-a acessível para a comunidade, com ações culturais (ballet, danças modernas), esportivas entre outras, que na sua concepção são fundamentais na formação das crianças e adolescentes e geram um sentimento de pertença em relação ao espaço físico da

escola, pois as crianças, adolescentes e famílias deixam de ver a escola como um local de conhecimento formal e passam a vê-la com um espaço de muitas outras possibilidades como lazer e cultura, deste modo não há preocupações com a depredação do prédio, pois as pessoas sentem a escola como sua e a defendem.

Aqui na nossa Escola funciona um ballet que trouxemos e não tem nada a ver com a prefeitura, a pastoral da criança que desenvolve atende muitas crianças, não apenas da escola. Tínhamos um grupo de ginástica com estagiários da UNIANGÁ nós fomos pedir parceria para eles. Temos um grupo de danças coordenado por um casal de adolescente com danças modernas. Temos uma escola dominical, que a comunidade desenvolve aqui. A Escola esta aberta para a comunidade. [...] Prefiro que a comunidade se organize e utilize este espaço para as ações, do que ter que chamar todos para participarem de coisas que vêm prontas da Educação.

Ela afirma ainda que sempre que é possível vai buscar parcerias em outras áreas para oferecer aos alunos oportunidades de acesso que de outro modo seria mais difícil, como é o caso do posto de saúde da região, através do programa saúde da família que esta utilizando uma sala na escola. Eles utilizam o espaço físico e retribuem a cessão deste com um trabalho junto aos adolescentes, sobre gravidez precoce e DSTS e higiene pessoal com as crianças famílias. Segundo Janete a escola estava sentindo necessidade de um trabalho da saúde e esta foi a oportunidade perfeita, pois ao procurarem o espaço junto a escola ela apresentou a demanda e firmaram uma parceria que vem dando certo há 3 anos.

A questão do posto de saúde, eles vem aqui, para usar a escola com os projetos deles. Mais aí nós solicitamos um trabalho específico com determinadas turmas e temas, que estávamos sentindo necessidade, sobre sexualidades, drogas, gravidez precoce, higiene pessoal, entre outros temas que vamos discutindo juntos.

Fala também que procurou uma Faculdade da cidade, bem como a Pastoral da Criança para outras atividades em sistema de contra turno escolar, tais atividades se estendem a toda a comunidade. Afirma que mesmo não tendo participado de discussões sobre o tema território e rede, acredita que não dá para se isolar, pois pensar a educação para a cidadania envolve todos, desde as famílias alunos e escola até as instituições vizinhas, organizações e a associação de moradores, pois afinal, segundo ela, a escola é de todos.

[...] não dá para ficarmos isolados. Fazemos um trabalho aqui pensando no município, no estado, no país, e a educação que desenvolvemos tem que preparar nossos alunos para esta convivência, para a cidadania, e temos que pensar em uma coisa maior.

No entanto, esta demonstração de desejo de se unir a outros para realizar o trabalho, não esta presente em todos os entrevistados, Neli, presidente da cooperativa de reciclados, diz que não procuram conversar com as instituições presentes na região, pois muitas delas são mais carentes que a cooperativa, não tem condições de contribuir. Ela não pensa em articular um trabalho para que as instituições fomentem a conscientização de seus usuários no sentido de reciclar o lixo, o que seria um passo importante para a cooperativa, mesmo no tocante ao Hospital Universitário, postos de saúde e escolas que estão próximos da cooperativa.

Ao mesmo tempo se queixa e diz que as pessoas não sabem ainda a importância da reciclagem, olham aqueles que trabalham nesta área como mendigos, pedintes e os desprezam. Mais não consegue fazer uma relação deste comportamento como a falta de informação sobre o assunto, e nem vê a cooperativa como uma das responsáveis para alterar este quadro, acredita que a mudança virá de fora para dentro.

Não falamos com outras instituições nesta região, porque muitas precisam mais de ajuda do que nós aqui na cooperativa. Mesmo um trabalho para falar daquilo que fazemos da importância deste trabalho ainda não foi feito. Esse negócio de um apoiar o outro já foi tentado, mas não deu certo, [...] A cooperativa tem ajuda da Unitrabalho da Uem, de outros órgãos só se for preciso, como é o caso da prefeitura do meio ambiente e da assistência social quando é muito necessário.

Deixa claro em sua fala que parceiros são aqueles que trazem alguma coisa material para a cooperativa, como o caso da prefeitura através do meio ambiente que proporcionou a utilização dos caminhões para coleta de reciclados e paga o aluguel do barracão, ou da assistência social que ajuda com cestas básicas quando necessário.

A impressão que Neli passa é que este espaço é propriedade dela, mostra-se bastante empolgada com os contatos com a prefeitura, creditando tudo a figura do prefeito, ela estava bastante impressionada com ele, dizendo que seu esforço pessoal foi recompensado pelo prefeito, pois muitas coisas foram conseguidas graças a ele. No entanto esta fala contradiz a sua colocação inicial sobre o papel da Unitrabalho na estruturação da cooperativa,

no investimento na formação dos cooperados e em cursos de segurança. Ao entrevistarmos 02 cooperadas fica mais evidente ainda, a postura de dominação por parte de Neli, pois estas pensam diferente, acreditam que deveriam conversar com as outras instituições próximas falando do trabalho e da importância deste e de como cada um poderia contribuir para ampliar o trabalho.

Quando falamos em rede sempre pensamos em termos institucionais, sabemos sim, que a rede afeta a vida de cada indivíduo, porém não dimensionamos isto no cotidiano, por estarmos sempre às voltas com as relações institucionais. Ao entrevistar 02 cooperadas que trabalham com reciclados a questão de como a rede ou a falta do trabalho em rede pode afetar diretamente as pessoas ficou claro em uma das falas. A cooperada colocou um problema que ela esta enfrentando, porque as instituições não se conhecem, não se relacionam, assim fica complicado explicar o que cada uma faz. E este problema desaguou lá na escola de seu filho, deixando ela e ele sem saber como agir direito.

As entrevistadas, Sara e Beatriz, falaram das dificuldades que enfrentam neste trabalho árduo, na falta de compreensão e de respeito das pessoas para com elas e os demais associados. Sara cita como exemplo:

[...] as pessoas não entendem o que é trabalhar com recicláveis, elas pensam que são mendigos ou simplesmente lixeiros. Meu filho na escola sofre bastante, pois as outras crianças falam que ele é filho de lixeira e que é catador de lixo também, ele sofre com isto e já pediu para eu não ir buscá-lo suja do serviço, pois fica envergonhado (ao falar isto seus olhos se encheram de lágrimas).

Ao ser questionada sobre o que fazer com relação a esta situação, ela diz que sempre conversa com o filho, explica o seu trabalho e fala da importância dele. Demonstrou total desconhecimento sobre seu direito e de seu filho em conversarem com a escola, colocando os problemas enfrentados. Não sabia que poderia ir lá e falar que seu filho estava sendo ridicularizado e maltratado pelos colegas de sala. Ficou bastante animada quando falei a ela que poderia sim procurar a diretora ou orientadora e juntas buscarem uma solução, que até mesmo envolvesse um espaço para a cooperativa fazer um trabalho com a escola. Disse-me que algo assim dependeria da Neli, presidente da cooperativa, mas se mostrou bem animada para falar sobre o assunto, e para isto estava contando com o apoio de Beatriz, que afirma que é necessário um trabalho de divulgação para mostrar que quem trabalha com reciclados, é gente também e merece respeito. Neli chegou quando estávamos

conversando sobre estes pontos e rapidamente as cooperadas se despediram e saíram, mostrando-se temerosas na presença desta.

Portanto, fica claro aqui que a falta desta relação em rede afeta diretamente toda a comunidade não apenas de maneira institucional, mas de maneira individual, pois segundo Whitaker (2002) a rede também se manifesta nas pequenas relações do cotidiano, e a entrevistada vivencia esta relação no trato com a escola de seu filho, com a vizinhança entre outros serviços dos quais se utiliza.

Nas palavras destes atores sociais, transparece a vontade de que algo seja feito para resgatar um processo já iniciado, e que foi interrompido com a mudança de gestão, mas acreditam que é necessário reiniciar este processo. Não se colocam inteiramente na condição de trabalhar para dar um impulso inicial para que se efetive um trabalho mais próximo entre as instituições/organizações, acreditando que virá de fora para dentro uma ação neste sentido.

Algumas instituições neste território procuraram superar suas resistências, receios e medos e se organizaram para discutir um problema comum a 06 organizações inicialmente. Todas participavam do programa do governo estadual Compra Direta, no entanto enfrentavam dificuldades no transporte e distribuição dos alimentos, o que individualmente seria muito difícil resolver, portanto optaram por se encontrar e discutir o problema, planejando e buscando uma solução coletiva que beneficiasse a todos. Segundo Horácio e Janaína esta foi uma decisão que rendeu frutos, pois não apenas resolveram o problema inicial como se aproximaram mais, e hoje mantêm um contato regular.

Os dirigentes entrevistados, que integram este programa, estão muito orgulhosos das iniciativas para organizar e responder a uma necessidade que era do conjunto das instituições. Alguns até afirmam que não deveriam parar por aí, pois viram a força que tem quando se juntam, mas por enquanto estão saboreando esta vitória e não pensaram em outras formas de atuarem conjuntamente ou mesmo expandir o número de instituições participantes de ação conjunta.

Agora conseguimos fazer uma articulação em nossa região com outras seis ongs para o programa do compra direta (segurança alimentar) do governo estadual. O Horácio do Asilo São Vicente de Paula que esta na articulação recebe os produtos, que são distribuídos entre as 06 ongs. Aí acho que é trabalho em rede na assistência, é o diferencial nas ações. Antes era do outro lado da cidade para buscar os alimentos e agora ficou muito mais fácil para nós. (Janaína)

Horácio também fala positivamente desta ação e afirma que pensaram até mesmo em expandir esta futuramente, não sabe como, porém acha importante começar.

Nós aqui nos unimos com mais 06 instituições daqui, próximas da gente e agora estamos no programa compra direta. Você sabe qual é? E nós aqui cedemos o espaço para receber os produtos. Depois vou te mostrar o espaço que construímos para a armazenagem dos produtos do programa compra direta. Antes os produtos chegavam e ficavam amontoados e agora, não, eles são separados e organizados e depois as entidades que são parceiras vêm buscar. É muito bom, porque antes a gente ia muito longe para buscar e recebia produtos às vezes com a qualidade comprometida e agora não.

Na fala de Janaina e na fala feita por Horácio fica evidente que mesmo a ação tendo sido pontual e surgido de uma necessidade imediata, ela pode indicar um caminho de trabalho com maior integração entre as instituições que se envolveram no projeto, sendo estas aquelas que apresentam maiores condições financeiras e organizacionais neste território, mas pode ser um primeiro passo para uma articulação em rede nesta região e que poderá abranger outras instituições futuramente, tudo vai depender de como conduzirão esta recém descoberta de força ao se unirem. Fica evidente que os dirigentes até querem este caminho, porém não sabem como trilhá-lo, por isso são recorrentes falas que apontam serviços isolados que são desenvolvidos por uma ou outra e que poderiam crescer muito e atender a demanda existente se fossem integrados.

A vontade de ampliar o trabalho pode ser potencializado e ampliado na região desde que estas instituições iniciem um movimento que encampe outras organizações e instituições, pois algumas já estão atuando na perspectiva de pequenas redes em seu espaço, e só precisam encontrar outros que falem a mesma língua para iniciar assim um processo que pode ser irreversível na lógica da construção coletiva.

Ações como essas podem ser consideradas como um passo significativo para iniciar a construção em rede, o que é importante para as relações no território, porém, ela apresenta elementos que causam preocupação, pois em nenhum momento o CRAS, que é a presença do Estado no território, está ou esteve envolvido na atividade, nem mesmo tem conhecimento das ações em andamento, que como resultado concreto contou com uma construção predial na instituição de Horácio com o intuito de abrigar os produtos recebidos.

Enquanto este órgão está encastelado, catalogando, pensando em possibilidades para apresentar uma proposta para a rede na sua área de abrangência, a rede esta se movimentando. Criando oportunidades para proximidade e entendimento.

As ações se desenvolvendo de forma paralela na região certamente não trarão benefícios na construção da rede e quando o CRAS se sentir apto a apresentar-se no território, trazendo a sua proposta de trabalho poderá enfrentar sérios problemas de adaptação, correndo o risco de ficar a margem de um processo em andamento, e ou insistir em impor sua proposta afastando as instituições e criando um mal estar.

Na fala empolgada de Janete sobre todas as ações que a Escola está desenvolvendo em consonância com a comunidade, sem imposição e na perspectiva do crescimento para a cidadania, é impossível não pensar como seria a contribuição desta agente social, disposta ao trabalho conjunto, pensando e discutindo o território juntamente com as demais ONGS desta região. Aqui nos vem novamente às palavras de Horácio, quando afirma que é preciso que algo ou alguém possa reuni-los todos em um objetivo comum, não é difícil entender o anseio deste agente social neste sentido, pois há uma tendência ao trabalho em rede, no entanto falta o canalizador, que segundo a PNAS/2004 seria CRAS, porém os atores sociais daquela área desconhecem este órgão,

Observando a movimentação na região podemos afirmar que o CRAS esta alheio a grande parte dos acontecimentos e das ações elaboradas no território, desconhecendo aquilo que pensa e realiza cada organização no sentido de trabalhar conjuntamente. Alguns passos já estão dados para a construção em rede, em micro espaços as instituições estão se falando, querendo trabalhar mais próximas e em conjunto, mesmo que de forma não sistematizada, se o CRAS se mantiver distanciado das movimentações no seu território com certeza ampliará ainda mais o abismo que há entre este órgão e as organizações sociais existentes nesta área de abrangência.

Para haver esta proximidade é fundamental que o próprio CRAS tenha clareza sobre seu papel no território, e nas falas de Marta e Verônica, a equipe ainda esta caminhando no sentido de compreender e se apropriar sobre este papel.

Ainda estamos nos conhecendo para depois conhecermos a rede que existe naquela região. Pois não dá para fazer um trabalho sem nos conhecermos.

E mais:

As instituições são catalogadas pelo CRAS na medida em que as necessidades vão aparecendo. A ponte com as instituições é feita a partir das necessidades da demanda. Não temos ainda uma estrutura para dizer que hoje faremos visita institucional ou visitas domiciliares, ainda não estamos neste ponto, porém queremos chegar lá.

Verônica em sua fala também demonstra esta ânsia em conhecer o CRAS, antes de ir a campo:

A gente tem feito grupos de estudos entre os CRAS para conhecer este novo molde, pois temos que construir isso.

A população que a gente atende não tem acesso à informação, não tem o conhecimento, aí a nossa obrigação era conhecer os serviços e recursos que existiam no nosso território para depois termos articulação.

E também na sua fala transparece o esforço que a equipe esta fazendo para ter clareza da atuação de cada área, os limites e pontos convergentes, o que tomou parte destes 02 anos de funcionamento do CRAS.

São 02 anos de CRAS aqui, no primeiro ano a gente estava mapeando a rede, e se entendo entre nós, conhecendo dentro de casa e organizando. Por quê? As atribuições, o que faz o serviço social, a psicologia, está muito confuso os papéis. Então foi um ano que trabalhamos bastante para organizar o nosso trabalho, que é desenvolvido pelo CRAS.

Diante de falas como estas, o questionamento que nos vem é como os CRAS se organizarão se suas equipes desconhecem o seu papel e suas possibilidades. E novamente corremos o risco de um planejamento e desenvolvimento das ações que aconteçam para a população e não com a população em uma perspectiva de democrática construção, que é a priori a concepção de rede trabalhada por Whitaker (2006) e indicada no próprio texto da PNAS/2004.

O CRAS da região Ney Braga passa a impressão que ficará encastelado até que a equipe se conheça e sinta-se segura daquilo que deve ser feito, sendo que após, apresentará uma proposta para a sua área de abrangência, não pensaram em realizar este processo de forma concomitante. O CRAS corre o risco de ao sair a campo encontrar uma realidade, que ele desconhece por falta de participação, por falta de iniciativa sua, e que aconteceu, pois expressa as movimentações do território que é chão das relações sociais onde o homem trabalha, mora, circula e solidifica suas relações sociais e individuais, portanto não é uma fotografia que foi tirada no momento em que o CRAS iniciou o seu estudo e que estará do mesmo modo quando este for a campo, é preciso compreender que este quadro esta em

constante mutação. E é isto que estas instituições vem fazendo, mesmo que de maneira lenta, estão se aproximando, solidificando relações e buscando construções coletivas no território.

O CRAS vem perdendo esta riqueza no processo de aproximação das instituições, porém tal atitude não é adotada de maneira deliberada por parte dos profissionais, ela está apenas reforçando a sensação de um vácuo entre o que diz a PNAS/2004, e a sua operacionalização no cotidiano. Mesmo com as NOBS, ainda é difícil vencer esta barreira, pois a reclusão do CRAS se dá em parte em função do desconhecimento de suas funções, como fica evidente na fala de Verônica:

Como a gente trabalha na prefeitura especificamente na SASC, então participamos de capacitações, desde o início da discussão sobre PSB e CRAS, que é necessariamente o primeiro serviço, que é a porta de entrada do usuário na assistência. [...] Existia os serviços, porém eram em outras perspectivas, e agora temos um novo molde que precisamos compreender e construir isto, para isto é necessário estudar bastante.

Marta também fala a respeito da necessidade deste conhecimento interno do CRAS:

Acho também que os CRAS precisam ser fortalecidos, e estamos neste processo, pois investimos na capacitação dos profissionais. Estamos numa boa caminhada para estruturar os serviços e temos muito que caminhar, estudar, fazer e colocar em prática. Existe um processo em andamento, a partir do momento que Maringá foi habilitada na gestão plena...

Não podemos negar a veracidade nas afirmações de Verônica e Marta, é preciso, estudar, pesquisar, compreender o que deve ser feito os meandros da política de assistência social e sua normatização, porém não dá para fazê-lo à custa do isolamento que o CRAS tem vivenciado voluntariamente, esta ação precisa ser concomitante aos encontros, as visitas, as discussões dentro do território. Em um dos pontos da entrevista Verônica afirma que outro empecilho para este contato do CRAS com as instituições é a falta de veículo para locomoção, para as visitas, o que tem retardo muitos contatos.

[...] Falta carro. Hoje temos um carro cedido para o CRAS um período, uma vez por semana. É insuficiente. Você imagina, diante da demanda que temos; o número de cadastros abertos aguardando visitas. Às vezes entre uma visita domiciliar e outra, se estou num bairro que tem instituição acabo indo lá, porém sem muita regularidade.

Este é um problema real que o CRAS enfrenta, pois está em uma região bastante ampla, com pontos muito distantes, e realmente cobrir o perímetro todo sem um veículo é quase que impossível. No entanto há as instituições do entorno do CRAS que não foram visitadas, e se localizam a poucos metros de distância deste órgão. Logo, podemos verificar que há necessidade de uma visão mais ampliada sobre a distribuição das instituições no território, bem como um planejamento detalhado, amparado em dados concretos para que se desenvolvam as ações mínimas de conhecimento da rede que se localiza nas redondezas.

Esta ação não acontece, ou se acontece é bastante esporádica não atingindo, portanto, muitas instituições que fizeram falas textuais de desconhecimento do CRAS, mesmo estando há poucas quadras de distância deste. Fala de Laura:

Qual é mesmo o nome que você disse? Há! CRAS? Não tivemos contato com eles não, Nem conheço. Falamos sempre com o conselho tutelar, o centro de referência da criança, mas com este pessoal do cras não. Nem sei onde estão localizados?

Amélia também se refere ao CRAS como algo parcialmente desconhecido:

Nós não conhecemos o CRAS pessoalmente e não sabemos tudo o que é feito lá, sei que eles ajudam muito, porém não conheço de perto este trabalho. Eles também não nos conhecem pessoalmente. Só nos falamos por telefone em caso de necessidade.

Mesmo estando poucas quadras do CRAS e se relacionando com a clínica odontologia da região, que fica ao lado do prédio do CRAS, Janete afirma não conhecer este órgão:

Não conhecemos o CRAS, nunca ouvi falar, eu não diferencio o que é cada órgão de outros setores, quando precisamos de atendimento corremos atrás, mas não sabemos bem os nomes. Mais este pessoal aqui que você está falando não conheço.

É preciso que o CRAS saia a campo, se reunindo, se articulando no território, pois caso contrário ele perderá a oportunidade de se firmar como referência do conjunto de ações socioassistenciais de uma ação preventiva, bem como de propiciar as

discussões do usuário como sujeito de sua história. Esta ação deve ser feita mesmo que inicialmente atinja-se poucas instituições, porém é um primeiro passo que não pode ser ignorado. Verônica diz que tentaram trazer outras instituições para debaterem as questões do território, pensar a realidade em conjunto, porém poucos compareceram. No entanto, não é possível desistir nas primeiras tentativas, é necessário que se faça outras e mais outras, a construção é lenta, é uma mudança cultural que estamos buscando implementar, logo, não acontecerá em um dia, um mês ou mesmo em um ano será necessário o investimento de muito tempo e formação para que as mudanças aconteçam.

Temos o exemplo das batalhas enfrentadas pela Política de Saúde que opera a alguns anos em um Sistema Único, com normativas claramente definidas e vigentes e que ainda enfrentam problemas graves nos encaminhamentos operacionais. Portanto não é exclusividade da assistência social, sentir dificuldades no caminho para operacionalização de seu Sistema Único. Sabemos com clareza que levará tempo para que este de fato seja efetivado no país, no entanto temos que caminhar, seguir adiante, e mesmo a PNAS/2004 sendo praticamente um bebê no cenário político-social, já sabemos que é fundamental preencher esta espécie de vácuo que existe entre o texto da política e sua operacionalização nos mais de 5 mil municípios brasileiros, pois somente deste modo venceremos as barreiras que impedem a efetivação da política de assistência social.

O desafio presente perpassa mesmo pela revisão de modelos de capacitações e formações proporcionadas aos agentes sociais, que devem ser formuladas de forma diferenciada daquelas desenvolvidas até aqui. Inicialmente, e como seria necessário, trabalhou-se a partir dos textos teóricos da política para que se processasse a compreensão sobre a amplitude e grau de alcance, porém este é o momento de avançar com maior profundidade nesta compreensão, trabalhando na tradução destes em elementos para operacionalização da Política.

O avanço que se espera perpassa por diferentes frentes com investimento a médio e longo prazo, sendo que a formação dos novos profissionais da área do serviço social terá um papel de destaque, pois a sua capacidade de decifrar a realidade, construir propostas criativas e capazes de preservar e efetivar os direitos será fundamental na perspectiva do novo paradigma que a PNAS apresenta, rompendo com as ações fragmentadas e emergenciais e propondo o desenvolvimento de uma política pública pautada no direito a proteção social e a seguridade social.

É imprescindível unir mais acirradamente as discussões teóricas às formas de operacionalização, descobrir como fazer, pensar, buscar elementos que respondam

positivamente a esta necessidade, e isto também é responsabilidade de todos os profissionais e agentes sociais desta área.

Investir na formação dos atores sociais, na divulgação e compreensão deste novo paradigma que está posto é fundamental, pois caso contrário haverá sempre a impressão que teoria e prática estão dissociadas, e que aqueles que pensam e elaboram a política teoricamente não são os mesmo que a executam.

Nos relatos dos entrevistados transparece uma idéia de que as ações são muito superficiais ainda, portanto há que se investir fortemente para que as ações aconteçam de acordo como o que esta previsto na Política Nacional. Porém neste processo é fundamental o respeito e consideração pelos muitos anos de trabalho realizado pelas ongs nesta região, é imprescindível chama-las para discussões, formações, planejamentos conjuntos, pois organizar um trabalho unilateralmente, como se todos conhecessem e compreendessem as discussões da área da assistência social da mesma forma, pode não ser um bom início para uma construção em rede.

Aqui o CRAS teria amplo campo para articular os diferentes atores na área de abrangência para que possam se conhecer, conversar e iniciar um processo de discussão e planejamento a partir das demandas deste território. No entanto há muitas dificuldades e desafios a serem superados para que o CRAS assuma esse papel de articulador no território, sendo o seu próprio fechamento uma barreira a ser superada.

Independente da política pública ao qual estão ligados os dirigentes, com exceção de duas entrevistadas (Neli e Laura), afirmaram ter conhecimento sobre a discussão do trabalho em rede com base no território.

É possível dizer que os entrevistados se dividiram naturalmente em dois grupos ao responderem os questionamentos, grupo A e grupo B. No grupo A estão aqueles que, por atuarem na política de assistência social têm conhecimentos sobre as discussões e mudanças na política e que com isto conseguem refletir sobre as possibilidades e perspectivas. No grupo B estão aqueles que ficam mais na periferia da política, ou seja, estão inseridos em outras políticas que tem relação com a assistência, mas nem por isto conhecem mais detidamente a área da assistência social, o que resulta em momentos de grande confusão na interpretação das ações e nos posicionamentos diante das transformações necessárias, como pontua Amélia:

Então eles não sabem ainda o que vão fazer não se organizaram neste sentido, porque como a educação infantil passou para a educação a verba para creche foi cortada, porque vinha da assistência social para tocar o trabalho aqui. Mas o COMAS (conselho municipal de assistência social) cortou a verba para as creches, porque agora é a educação que tem que pagar as despesas.

Nesta fala pode-se observar como há grande confusão no que diz respeito às diretrizes da assistência social e até mesmo da educação, em outros trechos da entrevista, A1 reafirma este entendimento de que a assistência cortou recursos e a educação infantil nesta instituição ficou ao deus dará, mesmo quando explica que a PMM - Prefeitura Municipal de Maringá assumiu ações dentro deste espaço para dar continuidade ao trabalho ela não se convence de que não houve abandono.

Nos dois grupos os entrevistados apresentam diferentes elementos para justificar o conhecimento sobre o trabalho em rede no território. Os entrevistados Marta, Tomás, Verônica, Janaina, Horácio apresentam similaridades na forma de pensar e ver a assistência social, são aqueles que atuam mais próximos à gestão da assistência social e que demonstram conhecimento e compreensão sobre a importância desta discussão para o avanço da política, apresentam em suas falas certa clareza com relação ao novo caminho que a assistência social vem trilhando e ainda terá que percorrer até se firmar como política pública de direito. Marta:

Nós (Secretaria de Assistência Social e Cidadania) somos responsáveis pela implantação do SUAS a descentralização dos serviços e implantação dos CRAS no município.

Ninguém faz nada sozinho. Deve articular a rede existente, este é o seu papel. Como órgão governamental na região, o CRAS deve ser articulador, pois além de tantas atribuições esta é uma das tarefas que ele deve executar. Pois se cada um trabalhar de forma isolada é um desperdício de recursos, mal aproveitado neste caso. O usuário perde. Por isso acho este trabalho fundamental.

Janaina afirma que:

Porque eu acho que hoje o CRAS é a porta de entrada da assistência ou deveria ser né. Eu queria que o CRAS estivesse um pouquinho mais avançado, mas como não está, está indo... Esta é a construção.

No grupo B, está Laura, Amélia, Irma, Janete, Neli, (02 membros da organização Sara e Beatriz.), que afirmam não terem conhecimento destes temas, e acham que poderia ser interessante desenvolver os trabalhos partindo destas perspectivas, porém não sabem como isto poderia ser operacionalizado de fato e apresentam muitas dúvidas e pensamentos confusos sobre esta temática. Laura, por exemplo, se queixa que não tem possibilidade nem mesmo para conhecer seus vizinhos, então como atuar em rede:

Olha menina aqui é tão corrido, depois que entramos aqui dentro não dá para sair para fazer mais nada, nem conhecemos nossos vizinhos, às vezes tenho vontade ir ao outro centro próximo daqui mas não dá tempo, é difícil a gente se conhecer deste jeito.

Amélia também se refere ao acúmulo de atividades diárias como empecilho para ampliar as relações na região e mesmo compreender as mudanças nas políticas públicas:

Para falar a verdade na correria do dia a dia não temos tempo para estudarmos, nos prepararmos para compreender as mudanças. Eu preciso me informar um pouquinho mais.

Outro exemplo desta confusão e pouco conhecimento das diretrizes da assistência social esta presente na fala da Irma que atua a frente de uma ONG que busca o fortalecimento dos vínculos familiares e a aquisição da moradia:

[...] Acho que o trabalho em rede tem a conotação de ajuda de outras pessoas. Acho que o trabalho em rede no mesmo sentido de ter uma experiência é passar e receber... Experiências que são singulares ao que você realiza, daquelas indústrias, daquele trabalho que é próximo do seu...

[...] A rede, por exemplo... A rede social... Tenho que buscar os que me ajudam e tenho que ajudar os outros. Trabalho em rede na parte social que eu acho é isso aí.

Nestas palavras fica evidente que mesmo havendo formação para os gestores institucionais, há falta de clareza sobre as diretrizes que a política de assistência social apresenta. Talvez seja o momento para repensar a forma como as capacitações e

programas de formação são estruturados, pode ser que estes não atinjam objetivamente o público alvo, vez que há muitas falas confusas. Persistem ainda confusões sobre a estruturação de um trabalho em rede que pode contribuir para o alcance mais efetivo das políticas públicas, em uma ação de proximidade, de ajuda mútua nas questões cotidianas, que muitas vezes não incluem seus vizinhos, e sim outras ongs e estruturas distantes da realidade local, que acabam por não propiciar a construção de uma rede de ação no território.

Janaina que é atualmente presidente do COMAS é dirigente de uma ONG de abrangência regional afirma que:

O trabalho em rede penso que é o caminho da gente conseguir um trabalho diferenciado, porque aquilo que você não pode fazer você indica outro que faz e vice e versa. Eu acho que esta construção ainda esta lenta, devagar, porém penso que quando conseguirmos de fato efetivar, ou melhor, concretizar mesmo é a solução, pois de modo independente, individualmente o trabalho fica fragmentado. Porque você não tem condições de dar conta do todo...

Ao longo da fala Janaína vai apresentando toda a demanda que a instituição atende e apontando em quais políticas há o apoio e orientação que buscam, afirmando que se o trabalho realmente fosse construído em rede ele fluiria, pois outras instituições poderiam se envolver em aspectos que hoje sua instituição tem que atender sozinha, mas que poderia ser compartilhado, mesmo pelo município.

[...] Em Maringá a saúde tem como referencia a própria AFIM para atendimento ao fissurado, e acaba por encaminhar as pessoas diretamente para nós, pois mantemos contato com o hospital que faz a cirurgia em Bauru e agora em Curitiba. Nós tivemos alguns casos que nós enviamos (saúde), mas o que acontece, como tem a instituição o município retorna para nós o atendimento, pois todos sabem que prestamos serviços nesta área, com relação assistência não, tudo que encaminhamos é atendido.

E ainda:

Com relação assistência não, tudo que encaminhamos é atendido. Nosso trabalho em rede com a assistência funciona direitinho.

Outro trabalho em rede que funciona redondinho também é o contato da assistente social entrando em contato com os municípios nos casos em que as crianças estão desnutridas, por que o pai está desempregado, aí tem que dar aquele apoio emergencial para as famílias.

Aponta como caminho para o trabalho em rede uma aproximação e conhecimento mútuo entre as ONGS para que não haja uma sobrecarga de uma ou outra organização, e lembra o exemplo do programa compra direta quando as instituições se uniram, porém este fato não envolveu muitas organizações na região, deixando de fora um bom número de outras que poderiam ingressar neste grupo, compreender o processo e se inscrever no programa. É para fatos como este que Tomás chama a atenção quando afirma que:

[...] Nem sempre as instituições estão disponíveis para trabalhar em conjunto.

Ele cobra a abertura para o diálogo, a troca de informações e experiências que poderiam acontecer caso houvesse uma maior proximidade, é possível não observarmos nestas palavras o isolamento no qual cada organização atua, e nas dificuldades enfrentadas por grupos e ou organizações que querem romper com este isolamento.

Como presidente de associação de moradores, Tomás tem o papel de conhecer e buscar articular todos os recursos existentes em sua área de abrangência para entender a demanda populacional, porém quando encontra portas fechadas, e resistência para conversar com aqueles que são o público dos serviços prestados, é que podemos dimensionar o isolamento e a defesa dos interesses privados das organizações, muitas vezes em detrimento dos interesses do próprio público alvo de seus serviços. Para ele esta resistência pode ser medo de enfrentar o público atendido e ver que algumas coisas precisam ser repensadas na execução de suas ações. Tal receio ocorre, pois as atividades não surgem a partir da demanda apresentada, e sim a população deve se adequar ao molde apresentado pela instituição, o que pode gerar atritos ao longo do relacionamento, e faz com que as instituições se fechem para as avaliações.

Tomás apresenta ao longo de sua fala uma característica de agente político que se interessa pela construção de um trabalho em rede para dar conta das demandas e não apenas programas e serviços pontuais, que por vezes não respondem as necessidades

apresentadas na região e geralmente são impostos pelos governos. E para alcançar tais objetivos atua de forma transversal no contato com as diferentes organizações e políticas públicas existentes na região.

A associação de moradores trabalha em parceria com os outros órgãos que existem nos bairros Montreal e Indaiá que movimentam algumas ações em conjunto e por vezes atingem até mesmo os outros bairros que não estão neste raio de abrangência da associação. [...] A associação tem um relacionamento bom com as escolas do bairro, conversam sobre as dificuldades, se reúne para avaliar e adotar medidas que sejam importantes. As igrejas também conversam com a associação de bairro, principalmente a igreja católica.

Cita como exemplo uma ação da associação de moradores em relação ao alto índice de analfabetismo que constataram na região após levantamento organizado pela própria associação. Refletiram na associação sobre este problema e chamaram as escolas da região para conversarem e apresentarem o levantamento, buscando uma solução conjunta para o problema e como resultado há hoje um trabalho de alfabetização de jovens e adultos funcionando no bairro.

A associação ao constatar o problema de analfabetismo de adultos no bairro, foi discutir com a escola e hoje há um trabalho de alfabetização para jovens e adultos que acontece no período da noite no colégio estadual próximo.

São iniciativas como estas e a de reflorestamento, envolvendo crianças e adolescentes dos dois bairros, de uma área de fundo de vale que a associação de bairros vem desenvolvendo, porém Tomás pontua que se conseguissem uma articulação maior, uma conversa mais próxima com as instituições e organizações presentes na região os resultados teriam um alcance extraordinário. Isto eles estão conseguindo mostrar em pequena escala, nestes dois bairros que embora jovens, procuram se estruturar de modo a amenizar e/ou solucionar os graves problemas de infra-estrutura que enfrentam. Como presidente do conselho local de saúde Tomás tem acesso mais rápido as instituições da área de abrangência do posto o que tem facilitado o diálogo com algumas ongs, no entanto seu desejo é ver uma articulação maior entre todas as instituições governamentais e não governamentais nesta área, pois acredita que só assim a população terá forças para vencer os obstáculos. E é para isto que

tem trabalhado firmemente proporcionando espaços para formação de novas lideranças na região.

As palavras de Tomás deixam claro que mesmo não havendo uma ação governamental estruturada na área do meio ambiente com relação à preservação de fundo de vale a população se movimentou para garantir a preservação do fundo de vale que perpassa o bairro. Nas reuniões entre os moradores, constantemente estava esta questão e que surgiu a idéia de trabalhar com os adolescentes e crianças do bairro para garantir o reflorestamento. Conseguiram sensibilizar e mobilizar as pessoas sendo que a execução da atividade foi um sucesso, com o replantio de muitas mudas. Foi uma iniciativa da associação de moradores que mobilizou a escola e a Igreja católica na região para divulgar a importância do reflorestamento, porém se houvesse uma possibilidade mais ampliada entre as instituições desta área certamente o alcance poderia ser maior.

No grupo A um ponto que nos chama a atenção é o posicionamento de alguns entrevistados quanto a não articulação das instituições para atuação em rede, eles reconhecem que a própria instituição tem responsabilidade neste problema, pois apresentam de diferentes maneiras resistências e temores com relação a uma possível proximidade.

Tomás afirma que não há tempo ou interesse, por parte das instituições e organizações em se articularem para um trabalho em rede, estão muito presos a seus projetos individuais para pararem e refletirem sobre uma construção mais ampla.

Horácio acredita que esta falta de articulação e busca em um trabalho conjunto acontece por medo de abrir as portas e constatar que o trabalho não está de acordo com as políticas públicas, portanto muitos temem se expor e correr riscos, por isso preferem ficar presos em seus muros e com isto não se conhecem e nem conhecem seus vizinhos.

Janaina reconhece que não tem visto as instituições se articularem e/ou aproximarem, o que é uma pena, em sua opinião, pois dificulta o trabalho e não contribui para o avanço das políticas, acredita que se houvessem capacitações e formação sistemática este obstáculo poderia ser superado, pois todos poderiam compreender a política e atuarem com maior clareza pautados nela.

Marta, afirma que, para haver este trabalho articulado em rede é necessário capacitação, formação, conhecimento mútuo entre os serviços, instituições e organizações, e que os CRAS estão se estruturando para atuarem neste sentido, mas que primeiramente, é importante haver um conhecimento de si mesmo sendo que, é isto que os profissionais estão fazendo nos CRAS, se conhecendo através de grupos de estudos e capacitações, para depois irem a campo, junto às instituições e buscar articular um trabalho em rede.

Outro ponto bastante citado pelos entrevistados é com relação à capacitação e formação que os agentes sociais devem ter, eles destacam como ponto importante neste processo, o que de fato não podemos negar. Temos que capacitar os agentes sociais nas mais diversas funções que executam, no entanto é mister rever os modelos adotados, pois mesmo entre aqueles que têm acesso à formação e informação as dúvidas e compreensões confusas sobre a política persistem, como aponta Irma sobre o tema rede. Ela afirma que conhece um pouco deste tema, pois participou de formação para tal, nos relata as ações de encaminhamentos feitos com relação às famílias que integram o programa de moradia com uma Ong vizinha que atende as crianças e adolescentes deste projeto, e mesmo do apoio recebido por instituições que não tem ligação direta como tipo de trabalho que ela desenvolve junto às famílias, como é o caso do Asilo São Vicente, que é da região e do Albergue, que pertence à outra região, porém que colabora com alimentos e roupas para as famílias inseridas no projeto coordenado pela sua ONG. Afirma que estão buscando trabalhar em rede, e para isto tem envolvido empresas da iniciativa privada que fazem doações regulares.

[...] Acho que o trabalho em rede tem a conotação de ajuda de outras pessoas. Acho que o trabalho em rede no mesmo sentido de ter uma experiência é passar e receber experiências que são singulares ao que você realiza, daquelas indústrias, daquele trabalho que é próximo do seu. E aí você pode somar aquilo que você faz com o que os outros fazem, nesta direção. Eu acho que é isto aí, trabalho em rede que eu tenho uma noção é isto aí. A rede, por exemplo... A rede social... Tenho que buscar os que me ajudam e tenho que ajudar os outros. Trabalho em rede na parte social que eu acho é isso aí.

Ao ser questionada sobre as mudanças que aconteceram no Lar Bom Samaritano, seu vizinho de 02 quadras e que atende as crianças de 0 a 5 anos que são das casas de seu projeto, Irma disse não ter muito contato com aquela instituição. O que mostra que mesmo estando disposta a trabalhar em rede como afirma, há um longo caminho a ser percorrido no sentido de conhecer as instituições vizinhas que podem apoiar o fortalecimento dos vínculos familiares.

A entrevistada Amélia, que é vizinha de instituição da Irma afirma que desconhece esta discussão de trabalho em rede na área da assistência social e que seu forte é educação, mas acredita que trabalho em rede é todo mundo trabalhando junto, mas não sabe dizer como seria este trabalho, nem quem o realizaria.

Demonstra em alguns momentos confundir elementos das duas políticas e a partir daí cria uma interpretação dos fatos que vem vivenciando na instituição que é o encerramento das ações ligadas à assistência social e a entrega do prédio para o trabalho da secretaria de educação.

Temos conhecimento apenas daquilo que é passado para nós pela entidade e pela prefeitura. Agora com a mudança da municipalização da creche. Eles estão com estes problemas com a assistência social, a educação não entra mais dentro faixa da assistência social, eles queriam alguma coisa que englobasse a questão do cuidado, pois a creche passou para a educação, porque antes estava dentro da assistência mesmo com o cuidado da saúde, tinha dentista e médico que vinha até a creche agora não vem mais, o atendimento tem que ser feito lá, e ficou longe difícil para ser acessado. Esta questão da rede então tá difícil.

Certa confusão apresentada em trechos da fala de Amélia pode ser resultado da falta de informação correta, ao ficar isolada em sua instituição, não conversando com vizinhos, ela não dispõe de elementos para fazer análises, refletir sobre os acontecimentos que se passam e aí fica uma mistura de diferentes elementos que por vezes criam uma lógica que esta distante da realidade.

Ao longo de sua fala ela apresenta diferentes elementos que compõe o cenário, fala da legislação que indica que educação infantil deve ser responsabilidade da política de educação, fala da política de saúde e de sua responsabilidade no desenvolvimento das crianças, porém ao construir um pensamento lógico alguns pontos se perdem e o que fica é a sensação de que a assistência social esta cortando verbas e forçando uma situação.

[...] porque como passou para a educação a verba para creche foi cortada, porque vinha da assistência social para tocar o trabalho aqui. Mas o COMAS (conselho municipal de assistência social) cortou a verba para as creches, porque agora é a educação que tem que pagar as despesas.

A entrevistada Laura, diretora do CMEI, foi clara ao afirmar que esta fora de toda as discussões teóricas, e que os temas que apresentei na entrevista são novos para ela. Afirma que a única rede que ela conhece é a da educação composta por escolas e cemeis, sendo que ela mantém contato com a escola Lidia Ribeiro, sua vizinha e os demais contatos são com a Secretaria de Educação.

Temos contato com a escola também. Temos 60 crianças que este ano irão para a escola, que é próxima a nós. Fazemos este procedimento de acordo com aquele georefenciamento da conta de luz, que indica o melhor lugar para a criança estudar, porém falamos com as demais escolas para onde nossas crianças vão também, mais a maioria vai nesta escola que é nossa vizinha.

Ao responder as questões, conseguiu pensar muito pouco para além dos muros do CEMEI, tudo o que falou ficou restrito a este trabalho, sendo que a única referência fora do centro é com relação ao posto de saúde em casos específicos de piolho:

[...] temos bastante contato com o posto de saúde, temos um trabalho interligado com eles. Exemplo: a criança tem piolho, aí damos um encaminhamento para a mãe levá-la para atendimento, eles acompanham e a criança só retorna para o centro após a alta do posto de saúde. Penso que isto é um trabalho em rede em conjunto, né. Estamos interligados.

Apresenta em seu comentário final a vontade de conhecer as instituições vizinhas, porém afirma que não dá tempo, pois ao entrar no Centro é tomada por toda a demanda interna só saindo no final do expediente, o que não permite uma maior aproximação.

É possível perceber nas respostas que todos querem um trabalho mais ampliado que englobe o indivíduo em sua totalidade, e alguns afirmam que tal estado não será possível com uma atuação isolada, preso entre seus muros. Apontam à necessidade de um trabalho conjunto das diferentes áreas, como instituições e organização para que assim seja possível uma construção que inicie o processo de respostas às demandas apresentadas. No entanto acreditam também que uma ação deverá vir de fora para alterar tal estado de fragmentação.

Ao passo que algumas instituições adotam medidas no sentido de buscar parcerias, trabalho coletivo, compartilhar os problemas e as soluções, em sua maioria os entrevistados apontam que a saída seria algo, alguém que pudesse fazer este trabalho de aglutinação/aproximação entre as partes. Não indicam o que ou quem, mas sim, que esta necessidade existe e deve ser encarada.

Ao serem questionados sobre o papel do CRAS como sendo este elemento de articulação, a maior parte dos entrevistados indica desconhecimento deste órgão e suas funções. Não atribuem a ele este processo, mesmo aqueles que conhecem o CRAS e discutem o SUAS não demonstraram acreditar que esta unidade de CRAS criada há praticamente 02

anos conseguirá dar conta desta realidade neste território. Tal posicionamento se dá em virtude do fechamento do CRAS em si mesmo, respondendo apenas quando provocado, sua atitude é de passividade, o que não transmite segurança as instituições desta área de abrangência.

Entre aqueles que conhecem um pouco da Política Nacional de Assistência Social há uma tendência em repetir o texto da PNAS/2004 que diz que o CRAS é a porta de entrada para os serviços de assistência, porém na prática ao referirem-se a esta unidade existe uma aparente não reflexão sobre o significado destas palavras, ou seja, a sua materialização na prática cotidiana. Fala-se em porta de entrada, em papel de articulador, porém as ações de todas as instituições entrevistadas seguem paralelas a isto, os caminhos do CRAS e instituições ainda não se cruzam nesta região, ou quando acontece de cruzarem-se é uma ação tão fugaz que não tem produzido frutos suficientes para iniciar um trabalho estruturado. Em um ou outro momento alguém diz que entrou em contato com o CRAS ou foi contatado por este, mas é sempre em função de uma demanda específica, pontual e o contato não se torna parte das relações cotidianas.

Em sua, fala Verônica, confirma este dado ao apontar que:

[...] a nossa obrigação era conhecer os serviços e recursos que existiam no nosso território para depois termos articulação. [...] Então a gente foi mapeando desta forma... Construindo o guia de recursos onde a gente foi listando tudo que a gente encontrava. [...] Temos contato com algumas instituições e com outras bem menos, pois é conforme os encaminhamentos daqui vão surgindo que entramos em contato.

Portanto os contatos ainda são em função da demanda apresentada, dos poucos contatos que há entre instituições e CRAS, este segundo vem sendo pautado pelas ongs, em um caso específico Verônica aponta:

A entidade (Colégio Santa Cruz) nos procurou falando que queria montar um projeto para atender adolescentes nesta área, queriam um diagnóstico para saber se havia demanda. Ai nos atendimentos fomos questionando, investigando e também uma das usuárias daqui tem um perfil de liderança e nos ajudou indo procurar as famílias que tem adolescente. Ai fechamos o perfil dos usuários e o projeto foi aberto.

O CRAS vem enfrentando diversas dificuldades para sua implementação no território, para tentar ultrapassar estes é fundamental a saída a campo, o conhecimento sobre a área de sua localização, é importante não responder apenas quando provocado e sim fazer as provocações, aguardar o retorno destas, buscar outros caminhos de aproximação com as instituições, pois somente assim as relações poderão ser construídas com maior solidez, mesmo que em pequena escala inicialmente, mas certamente, ao trabalhar conjuntamente o CRAS irá se firmando como referência nesta área de abrangência de acordo com o que está previsto em seu documento de criação.

No percurso de construção do conhecimento duas marcas importantes foram suscitadas, revelando ausências e um distanciamento que precisam ser rompidos no avanço da implementação da política.

Os atores sociais que vivenciam a prática cotidiana das políticas públicas no território acabam apresentando as dificuldades e revelando as ausências percebidas. Ausências como a do próprio território como ator, ele não é visto como um espaço de trocas e possibilidades. Partindo do pressuposto que a rede se constroa a partir das relações no território, à fala dos entrevistados revela a sua ausência; a segunda ausência é da própria população, o protagonismo da população na rede fica ausente, é isto que vem acontecendo. Normalmente a população é vista como moradora ou usuária e não como cidadã neste processo em construção.

Uma outra marca que fica presente neste processo é o distanciamento, ou seja, ou as pessoas não conhecem a teoria, ou a prática não condiz com a teoria, ou a teoria está mais no discurso e não está na prática. Este quadro permeia parte das entrevistas, são apontamentos que os entrevistados expressam, quando buscam explicar o porquê das coisas não acontecerem da forma que prevê a legislação ou mesmo de acordo com o que estudaram nas capacitações e cursos de formação. O distanciamento deixa claro que a rede está construída a partir de reações e o quanto ainda é necessário caminhar para tornar presente a política e traçar caminhos para reduzir este distanciamento entre teoria e prática na construção das ações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos propormos a analisar o trabalho em rede desenvolvido na região oeste do município de Maringá-PR tendo como parâmetros: a compreensão, as dificuldades, os desafios e as ações cotidianas elaboradas no processo de operacionalização da política, nos deparamos com situações que ainda precisam avançar para que a política de assistência social se consolide não apenas na região em tela, como também, em todo o município, pois o que vemos é reflexo da forma como a gestão é conduzida nesta área no município.

Com a pesquisa de campo foi possível uma maior aproximação com os dirigentes institucionais da rede governamental e não governamental, e a partir daí estabelecer um vínculo de proximidade que permitiu vislumbrar o que pensam sobre o trabalho em rede com base territorial. Os entrevistados demonstram um conhecimento prévio de maneira generalizada sobre o tema, alguns até mesmo resgataram momentos em que houve aproximação entre as instituições com objetivo de um trabalho mais estruturado, em uma linha que pudesse ser compartilhada pelas instituições sem que estas perdessem sua individualidade, no entanto, este trabalho não prosseguiu o que segundo alguns dirigentes foi uma pena, pois proporcionava momentos de encontros e conhecimentos mútuos. Outras instituições não vivenciaram experiência de um trabalho pautado pela rede, e, portanto ficam em dúvida sobre o que esperar de um trabalho assim, e mesmo quais os passos necessários para que se inicie esta estruturação.

Os entrevistados apontam que um trabalho em rede deve contemplar uma rede solidária com um apoiando o outro na execução de suas ações o que possibilitaria uma ampliação do potencial de abrangência de cada ação/instituição, visto que uma poderia oferecer atendimento a partir de onde a outra parar, e assim, segundo eles a rede se estruturaria.

Segundo Villasante (2000), a rede não se resume a um aglomerado de pessoas, mas sim, um espaço entremeado por fios que vão se tecendo à medida que um descobre o outro num permanente processo de construção coletiva e individual que permite articular outras redes de ação.

Os entrevistados ainda não demonstram plena consciência deste ponto apresentado pelo autor, no entanto mesmo considerando o fato de que estão longe do patamar ideal e necessário para uma construção em rede, tem buscado conhecer a política de

assistência social e suas diretrizes, conhecer as instituições de sua área de abrangência, saber o que cada uma executa e como, para que juntas possam traçar caminhos comuns.

Para traçar estes caminhos, é imperativo uma aproximação entre as instituições, a maior parte dos entrevistados afirma saber da existência das demais instituições em sua área, sem que, no entanto tenham alguma relação ou contato. Apresentam como impedimento para uma aproximação a falta de tempo, a sobrecarga de trabalho que desenvolvem diariamente e outras condições adversas que dificultam os contatos. A não comunicação entre as organizações no território é um dos elementos recorrentemente citado como impedimento para uma ação mais próxima, e com isto as instituições estão aguardando que uma delas ou mesmo o órgão responsável pela política de assistência social do município dê um passo no sentido de iniciar a estruturação da rede.

No posicionamento das instituições ainda prevalece o pensamento que as alterações acontecerão de fora para dentro e que alguém precisará dizer o que fazer e como fazer. Não se evidencia uma compreensão da rede como construção coletiva, portanto pertencente ao conjunto de instituições, cada instituição esta em seu nicho aguardando que uma proposta seja apresentada para posterior desenvolvimento. Tal posicionamento relega as instituições a uma posição de espectadora, de meramente executoras das ações, pois não se colocam como atoras neste processo de construção. Os entrevistados visualizam o trabalho em rede como uma importante possibilidade para a estruturação de suas ações, no entanto não sabem ainda como atingi-lo, mas demonstram desejo de chegar neste ponto.

Em contrapartida as instituições que esperam uma ação de fora para dentro num nível macro, outras estão se movimentando no território nas pequenas redes como apresenta Whitaker (2001), estão procurando seus vizinhos para que juntos estabeleçam caminhos que dêem conta da demanda que tem. Seis instituições já se organizaram para ação pontual neste território, e que obteve o maior sucesso, assim pretendem futuramente sistematizar este processo incluindo outras instituições e ampliando a gama de temas que as aproximam nas elaborações cotidianas. Esses são passos que embora pequenos indicam um caminho para o trabalho em rede, no entanto precisa haver uma ampliação destas ações para que ultrapassem os limites de temas pontuais e possam alcançar as discussões apresentadas pela política de assistência social.

Outros limites são destacados pelos próprios entrevistados como a questão de não estar disponível para atender outras instituições, mesmo que estas representem parte dos usuários daquela instituição; o medo de se expor e verificar que há problemas em sua forma de atuação, bem como, o não desejo de mudar a forma de estruturação das ações

mesmo que fique evidente que se esta caminhando na contra mão da política e que aquela forma não é a mais adequada ao atendimento da demanda. Como exemplo, podemos citar uma das instituições não governamentais entrevistadas, que a partir de 2009 passa a exigir que os interessados em ingressar em seus programas apresentem documentação comprovando que são casados oficialmente no civil ou no religioso, pois segundo os dirigentes atender famílias que vivem em união estável, porém sem documento definindo a situação causa problemas no desenrolar das ações. Portanto agora será um dos critérios para acesso ao programa.

Dentre os desafios a serem superados para o avanço da política de assistência social há os enfrentamentos contra a fragmentação da política e pulverização dos recursos, o problema da comunicação que impede acesso a informações importantes e pertinentes a área, problemas de ordem técnica, administrativa e mesmo a compreensão, por parte das instituições de que os usuários da política de assistência social são sujeitos de direitos, logo, não podem ser impedidos de acesso a um serviço, seja ele governamental ou não governamental em função de credo, ração, condição civil entre outros.

Há ainda por parte dos entrevistados os momentos de desânimos mesclados com outros de euforia e desejo de fazer acontecer à política de assistência. Alguns afirmam que as mudanças acontecerão à medida que forem se capacitando e compreendendo mais a política outros tem dúvidas sobre o caminho a percorrer. Todos dos já participaram de capacitações, cursos, congressos e outros, porém são unânimes em afirmar que é preciso fazer algo mais, pois quando ouvem a teoria acham interessante, porém não vêem como colocá-la na prática de suas instituições ou como transformar tudo que ouviram e aprenderam em algo que de conta de suas realidades.

Neste sentido a professora Dirce Koga (2009) afirma que um dos problemas enfrentados atualmente é o distanciamento, um espaço entre teoria e prática que precisamos vencer para que as ações se solidifiquem congregando teoria e prática. Aponta que o investimento em formações devem caminhar no sentido de reduzir esta distância sentida pelos dirigentes institucionais, ao passo que instrumentalize os mesmos para operarem a política.

Muito há que se caminhar para efetivar a rede de serviços e para tal é mistér a superação dos desafios apresentados ao longo desta pesquisa, e sem dúvida há que se respeitar o direito do cidadão na execução da política para que este acesse plenamente seus direitos de acordo com a legislação. Para tanto é necessário que as instituições estejam organizadas em uma gestão democrática e participativa na perspectiva da inclusão social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raquel. **O militante de idéias**. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, 2001.

BARONI, Alexandre Carvalho. et al (orgs). **Atlas Social de Maringá: caracterização socioeconômica da Pobreza**. Clichetec, Maringá, 2004.

BATTINI, Odária (*et all*) **Planejamento Técnico da Política Pública de Assistência Social** 1ª Parte *IN: Planejamento Técnico e Financeiro da Política Pública de Assistência Social* Volume 2, Curitiba: PUC/PR, 2002.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Petrópolis: Campus, 1992.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília: SNAS, 2004.

BRASIL, **Portaria N.º. 35**, de 26 De Dezembro de 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n 8.742/93)**. Brasília, 1993. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: SNAS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: SNAS, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social, n.º. 8742 de 7/12/1993**. Brasília: Senado, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Proteção básica no Sistema Único de Assistência Social: orientações técnicas para o centro de referência de Assistência Social** - versão preliminar. Brasília:SNAS, 2006.

BRAVO M.I.S.; PEREIRA Potyara Amazoneida. (orgs.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

CARLOTO, Cássia Maria e OLIVEIRA, Maria Cristina Gabriel de. **Proteção Social Básica e desafios no trabalho com famílias.** Apresentação - Oral. III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Foz do Iguaçu, PR, 2007.

CARLOTO, Cássia Maria. **A política de assistência social e a centralidade na família: os limites à autonomia das mulheres.** Tese de pós-doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Famílias e Política públicas** in ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria A. Faller (orgs.) **Família: redes, Laços e políticas públicas.** 3° ed. São Paulo, 2007.

COLIN, Denise Arruda e SILVEIRA, Jucimeire I. **Centro de Referência de Assistência Social: gestão local na garantia dos direitos. Centros de Referência de Assistência Social-CRAS.** Cadernos SUAS I: Assistência Social. Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS, Curitiba: SETP, 2006.

DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional.** Maringá: EDUEM, 1999.

FERNANDES, Solange. **Concepções norteadoras de trabalho com famílias. Centros de Referência de Assistência Social-CRAS.** Cadernos SUAS I: Assistência Social. Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS, Curitiba: SETP, 2006.

FRANKE, Edite J. (*et all*) **Estado e Política Pública de Assistência Social.** In. *Estado e Política Pública de Assistência Social, Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social e Redes.* Volume 1. Curitiba; PUC/PR, 2002.

GOMES, Telma Maranhão. **A Construção da Política de Assistência Social em Maringá e Região: Encruzilhadas e Perspectivas.** Dissertação de Mestrado. PUC. São Paulo. SP, 2000.

INOJOSA, Rose Marie. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social.** Cadernos FUNDAP n. 22, 2001, p. 102-110. IN Palestra proferida no seminário "A Reforma administrativa" São Paulo, na PUC e na Associação Palas Atena.

KOGA, Dirce e NAKANO, Kazuo. **Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras.** In Revista Serviço Social & Sociedade n°. 85, ano XXVII, São Paulo, Cortez, p.98-108, 2006.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, Dirce. **Palestra preferida in Banca de defesa de mestrado**. O trabalho em rede no território: a experiência do município de Maringá. Londrina, PR UEL. 2009.

LAVINAS L. **Gênero, Cidadania e Políticas Urbanas**. In: **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LUZ, France. **Maringá: a fase de implantação**. In DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

MESTRINER, M.L. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SECRETARIA. Disponível em: <www.cress-mg.org.br/Textos/suas_com.ppt>. Acesso em 20 de Ago. de 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **A Dimensão Política da Descentralização Participativa**. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo: SEADE 11(3), jul. - set 1997.

PEREIRA, Potyara A. P. **A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social**. *Serviço Social e Sociedade*, n. 56, p. 60-76, 1998.

RAICHELIS, Raquel. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas - uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil**. *Serviço Social & Sociedade*, nº85 Ano XXVII, São Paulo: Cortez, 2006.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. **Política de assistência social - construindo seu caminho**. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/assistenciasocial/downloads/politica_assistencia-social_maria-luiza.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2007.

RODRIGUES, M. L. A. **Construção de Redes de Proteção dos Direitos**. **Cartilha do Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos**. Curitiba, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SARACENO, C. **Sociologia da Família.** Lisboa: Editorial Estampa Lda. 1997.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. **Gestão Pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência.** Serviço Social & Sociedade, nº85 Ano XXVII, São Paulo: Cortez, 2006.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 71, 2002.

TENÓRIO, Fernando G e SARAIVA Enrique J. **Escorços sobre gestão pública e gestão social** IN: MARTINS, Paulo Emílio M. e PIERANTI, Octávio Penna. (orgs) *Estado e Gestão Pública. Visões do Brasil Contemporâneo.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIEIRA, E. A. **Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel.** 4 ed. São Paulo: Cartaz, 1995.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Metodologias de trabalho com famílias. Caderno SUAS II: Trabalho com famílias e instrumentos de gestão do CRAS.** Curitiba, 2006, p.11 a 19.

WHITAKER, Francisco. **Conversando com Chico Whitaker Sobre redes.** Edições Paulinas, 2002. São Paulo.

WHITAKER, Francisco. **O que são as redes? Rede: uma estrutura alternativa de organização** IN: **I Encontro Nacional de Educação Social. Educação Social: uma outra história é possível?** São Paulo: PCA/FUNDESC/NAS/ABEC, 2001. CD.

ANEXOS

ANEXO A – Canção – Maringá

Letra e Música de: Joubert Gontijo de Carvalho

Joubert Gontijo de Carvalho nasceu em Uberaba - MG em 6 de março de 1900. Formado em medicina no Rio de Janeiro, faleceu na mesma cidade em 1977. A música Maringá foi composta em 1932.

*Foi numa léva
Que a cabocla Maringá
Ficou sendo a retirante
Que mais dava o que falá
E junto dela
Veio alguém que suplicou
Prá que nunca se esquecesse
De um caboclo que ficou*

*Antigamente
Uma alegria sem igual
Dominava aquela gente
Da cidade de Pombal
Mas veio a sêca
Toda chuva foi-se embora
Só restando então as águas
Dos meus óio quando chóra*

*Estrilho:
Maringá, Maringá,
Depois que tu partiste,
Tudo aqui ficou tão triste,
Que eu garrei a maginá
Maringá, Maringá
Para havê felicidade*

*É preciso que a saudade
Vá batê noutro lugá*

*Maringá, Maringá
Volta aqui pro meu sertão
Pra de novo o coração
De um caboclo assossegá.*

ANEXO B – Roteiro para entrevista**2.8 - QUESTÕES NORTEADORAS PARA PESQUISA****DE CAMPO**

- 1 - A PNAS/2004 tem colocado a importância do trabalho em rede no território. Você tem conhecimento desta discussão?
- 2 - O que você entende como trabalho em rede no território?
- 3 - Há instituições governamentais e não governamentais trabalhando de forma articulada nesta região? Como é?
- 4 - Sua instituição busca atuar de forma articulada em rede? Aponte algumas ações neste sentido?
- 5 - O que você avalia que deve ser feito para que haja um atendimento para dar conta da demanda nesta região?
- 6 - Há duplicidade de trabalho com as famílias?
- 7 - Qual serviço esta instituição oferece?